

## RE: Dúvida- Barra do Mendes

REJANE SOUZA DA SILVA <resosilva@prestadores.tjba.jus.br>

Ter, 05/03/2024 17:20

Para:YNAJA YA SOUSA BARRETO <ybarreto@tjba.jus.br>

Cc:Marcelo Silveira Alcantara <msalcantara@tjba.jus.br>;SEAD <sead@tjba.jus.br>;JORGE MEDRADO JUNIOR <jmedrado@tjba.jus.br>;Gabinete <gabinete@mpba.mp.br>;Thalita Brito Caldas <thalita.caldas@mpba.mp.br>

 3 anexos (7 MB)

Anexo I.pdf; dje adm 3370.pmd.pdf 51.pdf.action.pdf; tcu 14-2023.pdf;

Prezados,

Informamos que a ocupação por parte do Cartório Eleitoral encontra-se formalizado através do TCU 14/2023, em anexo, com vigência até julho/2028.

Em relação a ocupação por parte do MPBA, não consta em nossos registros patrimoniais termo ou convênio firmado entre este TJ e o Ministério Público para a Comarca em questão, para tanto faz-se necessário a regularização, copio o Gabinete do Ministério Público para que seja encaminhado ofício atualizado requerendo a regularização em comento, justificando a finalidade que será dada ao bem e o prazo de cessão (prazo máximo de 05 anos, podendo renovar).

Outrossim, para regularização da sala utilizado pelo MP, necessitamos da manifestação da Administração do Fórum se concorda com a regularização em questão, em caso positivo, favor informar a metragem da sala, onde fica localizada e o preenchimento do relatório de vistoria, cujo modelo segue em anexo.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

At.te.

**Rejane Souza**

Tribunal de Justiça da Bahia- Coordenação de Controle Patrimonial  
(71) 3360-2417

"Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos" (Provérbios 16:3)

---

**De:** Marcelo Silveira Alcantara <msalcantara@tjba.jus.br>

**Enviado:** terça-feira, 5 de março de 2024 17:02

**Para:** REJANE SOUZA DA SILVA <resosilva@prestadores.tjba.jus.br>

**Assunto:** ENC: Dúvida- Barra do Mendes

---

**De:** JORGE MEDRADO JUNIOR <jmedrado@tjba.jus.br>

**Enviado:** terça-feira, 5 de março de 2024 16:50

**Para:** SEAD <sead@tjba.jus.br>; DSP <dsp@tjba.jus.br>; COPAT <copat@tjba.jus.br>; Marcelo Silveira Alcantara <msalcantara@tjba.jus.br>

**Cc:** YNAJA YA SOUSA BARRETO <ybarreto@tjba.jus.br>

**Assunto:** RE: Dúvida- Barra do Mendes

Prezado Coordenador de Controle Patrimonial,

Segue solicitação para conhecimento e informações necessárias.

Att.

Jorge Medrado  
Diretor de Suprimento e Patrimônio TJBA

---

**De:** SEAD <sead@tjba.jus.br>

**Enviado:** terça-feira, 5 de março de 2024 16:42

**Para:** DSP <dsp@tjba.jus.br>; JORGE MEDRADO JUNIOR <jmedrado@tjba.jus.br>; COPAT <copat@tjba.jus.br>;  
Marcelo Silveira Alcantara <msalcantara@tjba.jus.br>

**Cc:** SEAD <sead@tjba.jus.br>; YNAJA YA SOUSA BARRETO <ybarreto@tjba.jus.br>

**Assunto:** Dúvida- Barra do Mendes

À COPAT/DSP,

Segue e-mail , por pertinência, para prestar as informações solicitadas quanto a cessão de espaço público, conforme solicitado pela Administradora do Fórum Barra do Mendes - Ynaja Barreto.

Atenciosamente,



---

**De:** YNAJA YA SOUSA BARRETO <ybarreto@tjba.jus.br>

**Enviado:** terça-feira, 5 de março de 2024 13:31

**Para:** SEAD <sead@tjba.jus.br>

**Assunto:** Dúvida- Barra do Mendes

Poder Judiciário  
Comarca de Barra do Mendes

Prezado(a),

Venho através deste, solicitar informações sobre as salas reservadas ao Ministério Público e ao Cartório Eleitoral no edifício do Fórum. Gostaria de saber se há necessidade de formalização através de convenio?

Desde já agradeço,

Ynaja Barreto





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

TJ-ADM 2015/20551

Nº 14/23 – TCU

### TERMO ADMINISTRATIVO PARA CESSÃO DE USO GRATUITO DE BEM PÚBLICO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, com sede no município de Salvador, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13100722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador **NILSON SOARES CASTELO BRANCO**, adiante denominado simplesmente **CEDENTE** e, do outro lado, a **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, Órgão do Poder Judiciário integrante da Justiça Eleitoral, inscrito no CNPJ 5.967.350/0001-45, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 150 – Centro Administrativo da Bahia, Salvador – BA, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, neste ato representado por seu Presidente, o Desembargador **ROBERTO MAYNARD FRANK**, tendo em vista o constante do PA nº TJ-ADM 2015/20551, com base na Lei Estadual nº 9.433/2015, regulamentada pelo do Decreto Judiciário nº 495, de 08 de agosto de 2014, na Lei Federal nº 8666/93, resolvem celebrar este **TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO GRATUITO**, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto do presente ajuste a cessão de uso gratuita dos espaços públicos constantes do **ANEXO I** do presente instrumento, que integram o patrimônio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA.

**Parágrafo único:** Os espaços cedidos serão destinados as funções do Tribunal Regional Eleitoral nas referidas Comarcas.







## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

TJ-ADM 2015/20551

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Termo de Cessão entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

**Parágrafo primeiro:** Ficam convalidados os atos praticados no período compreendido entre a data do término da vigência do Termo de Cessão de Uso nº 24/2017-TCU e a data da efetiva formalização do presente instrumento.

**Parágrafo segundo:** A rescisão pelo **Cessionário** deve ser manifestada, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo terceiro:** Resguarda-se o **Cedente** o direito de revogar o ajuste, a qualquer tempo, por critérios de conveniência e oportunidade, sem que deste ato lhe advenha qualquer ônus.

**Parágrafo quarto:** Ao final da cessão, independentemente da sua forma de extinção, compromete-se o **Cessionário** a desocupar imediatamente e a devolver os espaços cedidos em perfeito estado de conservação, sem necessidade de notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Obriga-se o **Cessionário** a usar os espaços cedidos, objeto da presente cessão, exclusivamente para os fins previstos na cláusula primeira, parágrafo único, não podendo a qualquer pretexto, cedê-lo ou emprestá-lo, total ou parcialmente, a terceiros.

**CLÁUSULA QUARTA** – Além dos compromissos expressos nas demais cláusulas deste instrumento, o **Cessionário** compromete-se a:

- I – conservação e a manutenção da área cedida;
- II – fazer cumprir por seus prepostos e funcionários as instruções do Tribunal de Justiça;
- III – desocupar o espaço cedido imediatamente, findo o prazo da cessão ou na hipótese de sua revogação, nas mesmas condições recebidas e registradas em laudo de vistoria elaborado pelo Tribunal;
- IV – indenizar os danos causados ao imóvel, a seus equipamentos e instalações;
- V – observar o horário de funcionamento estabelecido pelo Fórum/Tribunal de Justiça, se a área cedida estiver localizada nas suas dependências;
- VI – limitar o uso do espaço cedido ao estipulado no instrumento de cessão,



TJADM201520551V02





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

TJ-ADM 2015/20551

sem se desvincular de sua finalidade;

VII – não promover qualquer modificação nas características do imóvel sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça;

VIII – não instalar equipamentos elétricos sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça, se a área cedida estiver localizada nas suas dependências.

**Parágrafo único:** Nos casos em que o imóvel objeto da cessão for denominado “casa/residência de juiz”, além das obrigações indicadas no caput, o **Cessionário** compromete-se a arcar com o pagamento das despesas de energia elétrica, água, telefonia, taxa de esgoto, gás, IPTU, dentre outros dispêndios que venham incidir sobre o imóvel cedido.

**CLÁUSULA QUINTA** – Compromete-se o **Cessionário** a realizar, às suas expensas, as adaptações ou os reparos necessários para adequação do imóvel aos fins a que se destina, bem como para garantir as condições de uso e habitabilidade.

**Parágrafo único** – Compromete-se o **Cessionário** a providenciar a vistoria do imóvel por Engenheiro Estruturalista, caso existam necessidades de reparos e ajustes visando a adequação do imóvel às suas novas finalidades; devendo o **Cessionário** obter autorização prévia, por escrito, do Tribunal de Justiça, caso haja necessidade de realizar alteração estrutural.

**CLÁUSULA SEXTA** – Incorporar-se-ão ao patrimônio do **Cedente**, independentemente de compensação de qualquer espécie, todas as acessões e benfeitorias que o **Cessionário** realizar nos espaços cedidos e que não possam ser retiradas sem danos irreparáveis ao mesmo, não cabendo de igual modo, direito de retenção do bem, seja a que título for.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao **Cedente** fica facultado o direito de vistoriar os espaços cedidos cedido, quando entender necessário, obrigando-se o **Cessionário** a não se opor, nem criar embaraços que dificultem as vistorias.

**CLÁUSULA OITAVA** – A publicação do presente Termo de Cessão de Uso será efetuado, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE e no Diário Oficial da União, pelo **Cedente** e **Cessionário**, respectivamente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.



TJADM201520551V02





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

TJ-ADM 2015/20551

**CLÁUSULA NONA** – Os partícipes elegem o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir as controvérsias originárias do presente instrumento, que não possam ser solucionadas por mútuo entendimento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que no final se identificam.

Salvador, em 11 de JULHO de 2023.

**Cedente:**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

Desembargador **NILSON SOARES CASTELO BRANCO**, Presidente

**Cessionário:**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

Desembargador **ROBERTO MAYNARD FRANK**, Presidente

**TESTEMUNHAS:**

Nome: *Rejane Souza da Silva*

Nome: *Hernandes Silva e Almeida*





TJADMT201520551V02



IMÓVEIS E ESPAÇOS CEDIDOS AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE

Nº	ZE	COMARCA	Salas	Destinação da sala	Área (m²)	Destinação da sala	Área (m²)	Destinação da sala	Área (m²)	Área total m²	OBSERVAÇÃO
1	161ª	ANAGÉ	2	Cartório Eleitoral	19,80	Arquivo	10,00	x x	x x	29,80	
2	119ª	ANDARAÍ	1	Cartório Eleitoral	20,00	x x	x x	x x	x x	20,00	
3	123ª	ARACI	2	Cartório Eleitoral	17,34	Cartório Eleitoral	24,09	x x	x x	41,43	
4	169ª	BARRA DA ESTIVA	2	Cartório Eleitoral	15,31	Arquivo	16,21	x x	x x	31,52	Apenas um cômodo da casa é utilizado pelo Cartório Eleitoral, o espaço é utilizado como arquivo
5			Casa	Arquivo	x x	x x	x x	x x	x x	x x	
6	139ª	BARRA DO CHOÇA	3	Cartório Eleitoral	14,85	Cartório Eleitoral	14,85	Arquivo	11,5	41,20	TRE ocupa 02 salas e uma parte do corredor como arquivo
7	176ª	BARRA DO MENDES	2	Cartório Eleitoral	21,00	Arquivo	9,00	x x	x x	30,00	
8	34ª	BELMONTE	2	Cartório Eleitoral	24,69	Arquivo	13,57	x x	x x	38,26	
9	177ª	BELO CAMPO	1	Cartório Eleitoral	10,21	x x	x x	x x	x x	10,21	
10	71ª	BOM JESUS DA LAPA	2	Cartório Eleitoral	23,94	Arquivo	23,94	x x	x x	47,88	
11	118ª	CACHOEIRA	2	Cartório Eleitoral	36,00	Arquivo	6,00	x x	x x	42,00	
12	63ª	CAETITÉ	1	Cartório Eleitoral	21,00	x x	x x	x x	x x	21,00	
13	53ª	CAMPO FORMOSO	2	Cartório Eleitoral	18,40	Arquivo	8,92	x x	x x	27,32	
14	116ª	CANAVIEIRAS	1	Cartório Eleitoral	45,00	x x	x x	x x	x x	45,00	
15	127ª	CANDEIAS	2	Cartório Eleitoral	35,00	Arquivo	12,00	x x	x x	47,00	
16	39/40/41ª	CÂNDIDO SALES	1	Posto de Atendimento	32,25	x x	x x	x x	x x	32,25	
17	191ª	CAPIM GROSSO	3	Cartório Eleitoral	56,28	Arquivo	14,8	Arquivo	14,8	85,88	
18	125ª	CARINHANHA	2	Cartório Eleitoral	14,57	Cartório Eleitoral	14,57	x x	x x	29,14	
19	66ª	CASA NOVA	1	Cartório Eleitoral	23,00	x x	x x	x x	x x	23,00	
20	158ª	CHORROCHÓ	1	Cartório Eleitoral	17,00	x x	x x	x x	x x	17,00	
21	60ª	CONDEÚBA	1	Cartório Eleitoral	36,00	x x	x x	x x	x x	36,00	
22	130ª	CORAÇÃO DE MARIA	1	Cartório Eleitoral	26,00	x x	x x	x x	x x	26,00	
23	61ª	CORIBE	1	Cartório Eleitoral	19,80	Arquivo	9	x x	x x	28,80	
24	124ª	CORRENTINA	2	Cartório Eleitoral	18,55	Arquivo	6,00	x x	x x	24,55	
25	108ª	CONCEIÇÃO DA FEIRA	1	Posto de Atendimento	14,00					14,00	
26	98ª	COTEGIPE	2	Cartório Eleitoral	16,94	Atendimento biométrico	16,00	x x	x x	32,00	
27	85ª	CURAÇA	2	Cartório Eleitoral	15,00	Atendimento biométrico	16,00	x x	x x	31,00	
28	21ª	ESPLANADA	3	Cartório Eleitoral	19,25	Arquivo	6	Arquivo	7	32,25	
29	187ª	FORMOSA DO RIO PRETO	2	Cartório Eleitoral	16,00	Cartório Eleitoral	16,00	x x	x x	32,00	
30	193ª	IAÇU	1	Cartório Eleitoral	25,00	x x	x x	x x	x x	25,00	
31	29ª	IBICARAÍ	1	Cartório Eleitoral	30,00	x x	x x	x x	x x	30,00	
32	146ª	IGUAÍ	2	Cartório Eleitoral	22,13	Cartório Eleitoral	22,13	x x	x x	44,26	



Handwritten signature

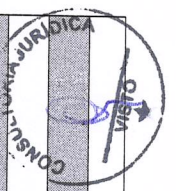


TJADMT201520561V02



33	89ª	Cartório Eleitoral	20,00	x x	x x	x x	20,00	
34	189ª	ITABELA	2	Cartório Eleitoral	24,00	Arquivo	5,00	x x
35	42ª	ITABERABA	2	Cartório Eleitoral	36,00	Arquivo	13,00	x x
36	172ª	ITAMARAJU	2	Cartório Eleitoral	33,00	x x	x x	x x
37	148ª	ITANHÉM	2	Cartório Eleitoral	15,12	Arquivo	5,42	x x
38	140ª	ITAPETINGA	1	Cartório Eleitoral	45,00	x x	x x	x x
39	149ª	ITIÚBA	2	Cartório Eleitoral	16,00	Cartório Eleitoral	16,00	x x
40	137ª	ITORORÓ	2	Cartório Eleitoral	15,00	Arquivo	15,00	x x
41	58ª	ITUAÇU	Casa	Cartório Eleitoral				
42	76ª	JAGUAQUARA	1	Cartório Eleitoral	26,00	x x	x x	x x
43	179ª	JAGUARARI	1	Cartório Eleitoral	25,00	x x	x x	x x
44	199ª	JOÃO DOURADO	2	Cartório Eleitoral	22,00	Arquivo	09,00	x x
45	104ª	LAPÃO	2	Cartório Eleitoral	25,80	Arquivo	13,2	x x
46	89ª	LENÇÓIS	1	Cartório Eleitoral	26,00	x x	x x	x x
47	91ª	MACARANI	2	Cartório Eleitoral	34,56	Arquivo	10,00	x x
48	65ª	MACAÚBAS	2	Cartório Eleitoral	22,00	Cartório Eleitoral	22,00	x x
49	86ª	MAIRI	2	Cartório Eleitoral	18,00	Arquivo	5,51	x x
50	118ª	MARAGOGIPE	1	Posto de Atendimento	20,00	x x	x x	x x
51	35ª	MUCURI	2	Cartório Eleitoral	19,93	Arquivo	5,69	x x
52	81ª	OLINDINA	2	Cartório Eleitoral	16,00	Arquivo	16,00	x x
53	94ª	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	1	Cartório Eleitoral	16,00	x x	x x	x x
54	175ª	PALMAS DE MONTE ALTO	1	Cartório Eleitoral	20,00	x x	x x	x x
55	52ª	PARIPIRANGA	3	Cartório Eleitoral	20,14	Cartório Eleitoral	7,88	Arquivo
56	105ª	PIATÁ	2	Cartório Eleitoral	21,00	Arquivo	9,00	x x
57	195ª	PILÃO ARCADO	1	Cartório Eleitoral	19,84	x x	x x	x x
58	200ª	POJUCA	3	Cartório Eleitoral	21,67	Cartório Eleitoral	21,67	Arquivo
59	182ª	RIACHÃO DAS NEVES	2	Cartório Eleitoral	12,40	Arquivo	12,40	x x
60	160ª	SANTA BÁRBARA	3	Cartório Eleitoral	16,33	Cartório Eleitoral	16,86	Arquivo
61	145ª	SANTA LUZ	2	Cartório Eleitoral	17,00	Cartório Eleitoral	17,00	x x
62	72ª	SANTA MARIA DA VITÓRIA	2	Cartório Eleitoral	20,16	Arquivo	18,00	x x
63	97ª	SANTA RITA DE CÁSSIA	2	Cartório Eleitoral	19,20	Arquivo	17,50	x x
64	107ª	SANTA TEREZINHA	1	Cartório Eleitoral	20,00	x x	x x	x x
65	99ª	SANTANA	2	Cartório Eleitoral	19,05	Arquivo	16,17	x x
66	178ª	SANTO AMARO	2	Cartório Eleitoral	50,00	Arquivo	10	x x
67	143ª	SANTO ESTEVÃO	2	Cartório Eleitoral	17,00	Cartório Eleitoral	17,00	x x
68	100ª	SÃO DESIDÉRIO	1	Cartório Eleitoral	26,00	x x	x x	x x

Duas salas conjugadas



Handwritten signature



TJADM201520551V02



69	45ª	SENTO SÉ	1	Cartório Eleitoral	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	x x	20.00	
70	96ª	SENTO SÉ	1	Cartório Eleitoral	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	x x	20.00	
71	190ª	SERRA DOURADA	2	Cartório Eleitoral	20.00	Arquivo	30.00	x x	x x	50.00	x x	50.00	
72	154/155/156/157	SERRA PRETA	1	Posto de Atendimento	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	x x	20.00	
73	33ª	SIMÕES FILHO	1	Cartório Eleitoral	35.00	x x	x x	x x	x x	35.00	x x	35.00	
74	177ª	TREMEDAL	7	Cartório Eleitoral	43.98	Arquivo	8.91	02 Banheiros	10.24	63,13	10,24	63,13	
75	83ª	UAUÁ	1	Cartório Eleitoral	15.00	x x	x x	x x	x x	22.00	x x	22.00	
76	38ª	UBAÍRA	2	Cartório Eleitoral	21.00	Arquivo	8.96	x x	x x	29.96	x x	29.96	
77	73ª	UBAITABA	1	Cartório Eleitoral	46.08	x x	x x	x x	x x	46,08	x x	46,08	
78	116ª	UNA	1	Posto de Atendimento	20	x x	x x	x x	x x	20.00	x x	20.00	
79	117ª	URANDI	2	Cartório Eleitoral	15.50	Arquivo	15.50	x x	x x	31.00	x x	31.00	
80	198ª	URUÇUCA	1	Cartório Eleitoral	24.00	x x	x x	x x	x x	24.00	x x	24.00	
81	69ª	UTINGA	2	Cartório Eleitoral	17.00	Arquivo	17.00	x x	x x	34.00	x x	34.00	
82	68ª	XIQUE-XIQUE	2	Cartório Eleitoral	23.00	Cartório Eleitoral	14,73	x x	x x	34,73	x x	34,73	



Handwritten signature

**TRANSFERÊNCIA DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 10/2023-TCU**

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (CEDENTE) e POLÍCIA MILITAR DA BAHIA (CESSIONÁRIO), inscrito no CNPJ/MF de nº 13.937.149/0002-24, com a interveniência da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB. Objeto: Transferência de uso gratuita do imóvel situado na Rua Canarana, nº 47, Salvador – Bahia, onde atualmente funciona a unidade operacional da Polícia Militar da Bahia, com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, consoante PA. nº 2022/11258. Data: 11/07/2023.

**TRANSFERÊNCIA DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 11/2023-TCU**

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (CEDENTE) e POLÍCIA MILITAR DA BAHIA (CESSIONÁRIO), inscrito no CNPJ/MF de nº 13.937.149/0002-24, com a interveniência da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB. Objeto: Transferência de uso gratuita do imóvel denominado “casa de juiz”, situado na Rua Projetara “R”, s/nº, Santo Antônio, Mutuípe - Bahia, destinado a instalação da 4ª Companhia de Polícia Militar da Bahia, com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, consoante PA. nº 2022/27641. Data: 11/07/2023.

**TRANSFERÊNCIA DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 12/2023-TCU**

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (CEDENTE) e POLÍCIA MILITAR DA BAHIA (CESSIONÁRIO), inscrito no CNPJ/MF de nº 13.937.149/0002-24, com a interveniência da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB. Objeto: Transferência de uso gratuita do imóvel denominado “casa de juiz”, situado na Rua Dona Cotinha, nº 405, Bairro Centauros, Eunápolis - Bahia, destinado a instalação da Sede do Pelotão da Companhia Independente de Policiamento Tático-Sul, com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, consoante PA. nº 2016/37122. Data: 11/07/2023.

**CESSÃO DE USO GRATUITO DE BEM PÚBLICO Nº 14/2023-TCU**

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e UNIÃO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF de nº 05.967.350/0001-45. Objeto: Cessão de uso gratuita dos espaços públicos constantes do ANEXO I do presente instrumento, destinados as funções do Tribunal Regional Eleitoral nas referidas Comarcas, com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, consoante PA. TJ-ADM-2015/20551. Data: 11/07/2023.

**APOSTILA Nº 014/2023 - DSG**

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e LINDIVALDO PEREIRA DE SOUZA, inscrito no [REDACTED] Objeto: Deduzir ao valor do aluguel, o percentual de reajuste do IGPM, correspondente ao período de maio/2022 a abril/2023, fixando o valor do locativo em R\$ 3.686,61 (três mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos) cuja despesa será atendida pela Unidade Orçamentária 2.04.101, Unidades Gestora 037, Projeto/Atividade 4557, Elemento de Despesa 3.3.90-36, Subelemento 36.03 e Fonte 113/120/313/320, consoante PA. nº 2015/03620 e Contrato de Locação nº 003/22-LI. Data: 11/07/2023

**APOSTILA Nº 001/2023 - DSG**

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e PHM CONSTRUÇÕES E COMBATE A INCÊNDIO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.545.164.0001-20. Objeto: Reajustar ao valor do contrato, o percentual de reajuste do INPC, fixando o valor em R\$ 200.041,88 (duzentos mil, quarenta e um reais e oitenta e oito centavos). Será concedido reajuste retroativo nas Ordens de Serviço nºs 58/2023 e 108/2023, consoante PA. Nº 2023/14459 e Contrato de Locação nº 08/2022-S. Data: 11/07/2023

**RELATÓRIO DE DIÁRIAS AUTORIZADAS**

Cadastro/Nom 8092150 - DEOCLIDES LOPES DA SILVA  
Cargo/Função: DIGITADOR  
Motivo: OUTROS  
Detalhamento: Ativação da SDWAN. reinauguração.  
Período(s): De 13/06/2023 08:00 a 16/06/2023  
DESTINO(S): SANTO ESTEVAO (Subdestino: EUCLIDES DA CUNHA, RIBEIRA DO POMBAL)

Cadastro/Nom 9018840 - FABRICIO NASCIMENTO FERREIRA  
Cargo/Função: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO - LEI 11.918/2010  
Motivo: COMITIVA OFICIAL  
Detalhamento: reinauguração dos fóruns das comarcas de Jacobina e Jaguarari  
Período(s): De 13/07/2023 13:00 a 15/07/2023  
DESTINO(S): JACOBINA (Subdestino: JAGUARARI / SENHOR DO BONFIM)

Cadastro/Nom 9036202 - NILSON SOARES CASTELO BRANCO  
Cargo/Função: DESEMBARGADOR  
Motivo: INAUGURAÇÃO  
Detalhamento: reinauguração do Fórum da Comarca de Jacobina, Inauguração da Sala Passiva de Videoconferência para ampliação do Acesso ao Juízo 100% Digital e Sala de Depoimento Especial; reinauguração do Fórum da Comarca de Jaguarari, Inauguração da Sala Passiva de Videoconferência para ampliação do Acesso ao Juízo 100% Digital e Sala de Depoimento Especial.  
Período(s): De 13/07/2023 13:00 a 15/07/2023  
DESTINO(S): JACOBINA (Subdestino: Jaguarari)

# IMÓVEIS E ESPAÇOS CEDIDOS AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE

Nº	ZE	COMARCA	Salas	Destinação da sala	Área (m²)	Destinação da sala	Área (m²)	Destinação da sala	Área (m²)	Área total m²	OBSERVAÇÃO
1	161ª	ANAGÉ	2	Cartório Eleitoral	19.80	Arquivo	10.00	x x	x x	29.80	
2	119ª	ANDARAÍ	1	Cartório Eleitoral	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	
3	169ª	BARRA DA ESTIVA	2	Cartório Eleitoral	15.31	Arquivo	16.21	x x	x x	31.52	
4			Casa	Arquivo	x x	x x	x x	x x	x x	x x	Apenas um cômodo da casa é utilizado pelo Cart. Eleitoral
5	176ª	BARRA DO MENDES	2	Cartório Eleitoral	21.00	Arquivo	9.00	x x	x x	30.00	
6	34ª	BELMONTE	2	Cartório Eleitoral	24.69	Arquivo	13.57	x x	x x	38.26	
7	177ª	BELO CAMPO	1	Cartório Eleitoral	10,21	x x	x x	x x	x x	10,21	
8	71ª	BOM JESUS DA LAPA	2	Cartório Eleitoral	23.94	Arquivo	23.94	x x	x x	47,88	
9	118ª	CACHOEIRA	2	Cartório Eleitoral	36.00	Arquivo	6.00	x x	x x	42.00	
10	63ª	CAETITÉ	1	Cartório Eleitoral	21.00	x x	x x	x x	x x	21.00	
11	53ª	CAMPO FORMOSO	2	Cartório Eleitoral	18.40	Arquivo	8.92	x x	x x	27,32	
12	116ª	CANAVIEIRAS	1	Cartório Eleitoral	45.00	x x	x x	x x	x x	45.00	
13	127ª	CANDEIAS	2	Cartório Eleitoral	35.00	Arquivo	12.,00	x x	x x	47.00	
14	39/40/41ª	CÂNDIDO SALES	1	Posto de Atendimento	32,25	x x	x x	x x	x x	32,25	
15	191ª	CAPIM GROSSO	3	Cartório Eleitoral	56,28	Arquivo	14,8	Arquivo	14,8	85,88	
16	125ª	CARINHANHA	2	Cartório Eleitoral	14,57	Cartório Eleitoral	14,57	x x	x x	29,14	
17	66ª	CASA NOVA	1	Cartório Eleitoral	23.00	x x	x x	x x	x x	23.00	
18	158ª	CHORROCHÓ	1	Cartório Eleitoral	17.00	x x	x x	x x	x x	17.00	
19	60ª	CONDEÚBA	1	Cartório Eleitoral	36.00	x x	x x	x x	x x	36.00	
20	130ª	CORAÇÃO DE MARIA	1	Cartório Eleitoral	26.00	x x	x x	x x	x x	26.00	
21	61ª	CORIBE	1	Cartório Eleitoral	19.80	Arquivo	9	x x	x x	28.80	
22	124ª	CORRENTINA	2	Cartório Eleitoral	18.55	Arquivo	6.00	x x	x x	24,55	
23	108ª	CONCEIÇÃO DA FEIRA	1	Posto de Atendimento	14.00					14.00	
24	184ª	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	1	Cartório Eleitoral	18.70	x x	x x	x x	x x	18.70	
25	98ª	COTEGIPE	2	Cartório Eleitoral	16.94	Atendimento biométrico	16.00	x x	x x	32.00	
26	85ª	CURAÇÁ	2	Cartório Eleitoral	15.00	Atendimento biométrico	16.00	x x	x x	31.00	
27	21ª	ESPLANADA	3	Cartório Eleitoral	19.25	Arquivo	20.28	x x	x x	39.53	
28	187ª	FORMOSA DO RIO PRETO	2	Cartório Eleitoral	16.00	Cartório Eleitoral	16.00	x x	x x	32.00	
29	193ª	IAÇU	1	Cartório Eleitoral	25.00	x x	x x	x x	x x	25.00	
30	29ª	IBICARAÍ	1	Cartório Eleitoral	30.00	x x	x x	x x	x x	30.00	
31	146ª	IGUAÍ	2	Cartório Eleitoral	22.13	Cartório Eleitoral	22.13	x x	x x	44,26	
32	89ª	IRAQUARA	1	Posto de Atendimento	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	



TJADN201520551V02

33	189ª	ITABELA	2	Cartório Eleitoral	24.00	Arquivo	5.00	x x	x x	29.00	
34	42ª	ITABERABA	2	Cartório Eleitoral	36.00	Arquivo	13.00	x x	x x	49.00	
35	172ª	ITAMARAJU	2	Cartório Eleitoral	33.00	x x	x x	x x	x x	33.00	
36	148ª	ITANHÉM	2	Cartório Eleitoral	15.12	Arquivo	5.42	x x	x x	20,54	
37	140ª	ITAPETINGA	1	Cartório Eleitoral	45.00	x x	x x	x x	x x	45.00	
38	149ª	ITIÚBA	2	Cartório Eleitoral	16.00	Cartório Eleitoral	16.00	x x	x x	32.00	
39	137ª	ITORORÓ	2	Cartório Eleitoral	15.00	Arquivo	15.00	x x	x x	30.00	
40	58ª	ITUAÇU	Casa	Cartório Eleitoral							
41	76ª	JAGUAQUARA	1	Cartório Eleitoral	26.00	x x	x x	x x	x x	26.00	
42	179ª	JAGUARARI	1	Cartório Eleitoral	25.00	x x	x x	x x	x x	25.00	
43	199ª	JOÃO DOURADO	2	Cartório Eleitoral	22.00	Arquivo	09.00	x x	x x	31.00	
44	104ª	LAPÃO	2	Cartório Eleitoral	25.80	Arquivo	13,2	x x	x x	39.00	
45	89ª	LENÇÓIS	1	Cartório Eleitoral	26.00	x x	x x	x x	x x	26.00	
46	91ª	MACARANI	2	Cartório Eleitoral	34.56	Arquivo	10.00	x x	x x	44.56	Duas salas conjugadas
47	65ª	MACAÚBAS	2	Cartório Eleitoral	22.00	Cartório Eleitoral	22.00	x x	x x	44.00	
48	86ª	MAIRI	2	Cartório Eleitoral	18.00	Arquivo	5.51	x x	x x	23,51	
49	118ª	MARAGOGIPE	1	Posto de Atendimento	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	
50	35ª	MUCURI	2	Cartório Eleitoral	19,93	Arquivo	5,69	x x	x x	25,62	
51	81ª	OLINDINA	2	Cartório Eleitoral	16.00	Arquivo	16.00	x x	x x	32.00	
52	94ª	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	1	Cartório Eleitoral	16.00	x x	x x	x x	x x	16.00	
53	175ª	PALMAS DE MONTE ALTO	1	Cartório Eleitoral	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	
54	52ª	PARIPIRANGA	3	Cartório Eleitoral	20.14	Cartório Eleitoral	7.88	Arquivo	16.52	44,54	
55	105ª	PIATÃ	2	Cartório Eleitoral	21.00	Arquivo	9.00	x x	x x	30.00	
56	195ª	PILÃO ARCADEO	1	Cartório Eleitoral	19.84	x x	x x	x x	x x	19,84	
57	200ª	POJUCA	3	Cartório Eleitoral	21.67	Cartório Eleitoral	21.67	Arquivo	21,67	65.01	
58	182ª	RIACHÃO DAS NEVES	2	Cartório Eleitoral	12.40	Arquivo	12.40	x x	x x	24,8	
59	160ª	SANTA BÁRBARA	3	Cartório Eleitoral	16,33	Cartório Eleitoral	16,86	Arquivo	18,18	51,37	
60	145ª	SANTA LUZ	2	Cartório Eleitoral	17.00	Cartório Eleitoral	17.00	x x	x x	34.00	
61	72ª	SANTA MARIA DA VITÓRIA	2	Cartório Eleitoral	20.16	Arquivo	18.00	x x	x x	38,16	
62	97ª	SANTA RITA DE CÁSSIA	2	Cartório Eleitoral	19.20	Arquivo	17.50	x x	x x	36.70	
63	107ª	SANTA TEREZINHA	1	Cartório Eleitoral	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	
64	99ª	SANTANA	2	Cartório Eleitoral	19.05	Arquivo	16.17	x x	x x	35,22	
65	178ª	SANTO AMARO	2	Cartório Eleitoral	50.00	Arquivo	10	x x	x x	60.00	
66	143ª	SANTO ESTEVÃO	2	Cartório Eleitoral	17.00	Cartório Eleitoral	17.00	x x	x x	34.00	
67	45ª	SENHOR DO BONFIM	1	Cartório Eleitoral	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	

68	96ª	SENTO SÉ	1	Cartório Eleitoral	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	
69	190ª	SERRA DOURADA	2	Cartório Eleitoral	20.00	Arquivo	30.00	x x	x x	50.00	
70	154/155/156/157	SERRA PRETA	1	Posto de Atendimento	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	
71	33ª	SIMÕES FILHO	1	Cartório Eleitoral	35.00	x x	x x	x x	x x	35.00	
72	177ª	TREMEDAL	7	Cartório Eleitoral	43,98	Arquivo	8,91	02 Banheiros	10,24	63,13	
73	83ª	UAUÁ	1	Cartório Eleitoral	15.00	x x	x x	x x	x x	22.00	
74	38ª	UBAÍRA	2	Cartório Eleitoral	21.00	Arquivo	8.96	x x	x x	29.96	
75	73ª	UBAITABA	1	Cartório Eleitoral	46,08	x x	x x	x x	x x	46,08	TRE solicita sala de 33,07m² devido a enchente que acabou alagando a sala atualmente ocupada no subsolo
76	116ª	UNA	1	Posto de Atendimento	20.00	x x	x x	x x	x x	20.00	
77	117ª	URANDI	2	Cartório Eleitoral	15.50	Arquivo	15.50	x x	x x	31.00	
78	198ª	URUÇUCA	1	Cartório Eleitoral	24.00	x x	x x	x x	x x	24.00	
79	69ª	UTINGA	2	Cartório Eleitoral	17.00	Arquivo	17.00	x x	x x	34.00	
80	68ª	XIQUE-XIQUE	2	Cartório Eleitoral	23.00	Cartório Eleitoral	14,73	x x	x x	34,73	



TJADNM201520551V02



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

À ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA DO GABINETE

Prezados,

Encaminho a presente correspondência eletrônica, recebida nesta Chefia de Gabinete, para ciência e providências cabíveis.

Atenciosamente,

**Camila Barretto Alves**

Assistente Técnico Administrativo/ Assistente de Gestão  
Chefia de Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Camila Barretto Alves** em 05/03/2024, às 19:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0982677** e o código CRC **C8F72DE1**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

- Ciência da Procuradoria-Geral de Justiça.
- Encaminhe-se o presente expediente à SGA/Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações para manifestação quanto a existência de termo/convênio em relação à ocupação de sala do Ministério Público em edifício do Fórum de Barra do Mendes.

**FABRÍCIO RABELO PATURY**

Promotor de Justiça  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Rabelo Patury** em 14/03/2024, às 09:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0992774** e o código CRC **7CBA090F**.



## DESPACHO

Em atenção ao despacho do Gabinete da Procuradoria -Geral de Justiça, e considerando a informação de que o Ministério Público ocupa espaço no Fórum da cidade de Barra do Mendes (doc. 0982670), bem assim que não consta nos registros desta Coordenação tramitação de expediente para a regularização do uso do espaço retrorreferido; sugerimos a adoção das seguintes providências:

1. **Manifestação da Diretoria Administrativa**, confirmando a utilização de espaço no Fórum de Barra do Mendes pelo Ministério Público do Estado da Bahia;

1.1 Não havendo tal confirmação, solicitamos a devolução do expediente a esta Coordenação para o encaminhamento devido.

1.2 Havendo a utilização do referido espaço, sugerimos o encaminhamento ao Gabinete da Procuradoria - Geral de Justiça para, conforme conveniência e oportunidade, adoção das providências abaixo elencadas (conforme consta do documento 0607417)

1.2.1 Ofício manifestando interesse na regularização da ocupação, informando a finalidade da cessão e o prazo (máximo de 05 anos);

1.2.2 Documentos pessoais da Procuradora- Geral relativo ao RG, CPF, comprovante de residência, diploma e termo de posse. Neste sentido, **anexando aos autos o termo de posse, e o decreto de nomeação**, sugerindo que, caso entendam cabível, sejam os demais documentos encaminhados ao TJBA sem necessidade de encartá-los aos autos do presente, em atenção à privacidade da representante máxima da instituição;

1.2.3 Declaração de não exploração ao trabalho infantil (**modelo em anexo, a ser assinado e datado**), bem como as certidões de regularidade fiscal junto ao fisco federal, estadual, trabalhista e FGTS (estes últimos já anexados ao presente).

**Paula Souza de Paula Marques**

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

**Matrícula 353.433**



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 27/03/2024, às 16:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1010110** e o código CRC **0BAE2E76**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça,

Em atenção ao Despacho CEACC (1010110), encaminhe-se o expediente para, conforme conveniência e oportunidade, adoção das providências abaixo elencadas (conforme consta do documento 0607417)

1. Ofício manifestando interesse na regularização da ocupação, informando a finalidade da cessão e o prazo (máximo de 05 anos);
2. Documentos pessoais da Procuradora- Geral relativo ao RG, CPF, comprovante de residência, diploma e termo de posse. Neste sentido, **anexando aos autos o termo de posse, e o decreto de nomeação**, sugerindo que, caso entendam cabível, sejam os demais documentos encaminhados ao TJBA sem necessidade de encartá-los aos autos do presente, em atenção à privacidade da representante máxima da instituição;
3. Declaração de não exploração ao trabalho infantil (**modelo em anexo, a ser assinado e datado**), bem como as certidões de regularidade fiscal junto ao fisco federal, estadual, trabalhista e FGTS (estes últimos já anexados ao presente).

Informamos que a Promotoria de Justiça de Barra do Mendes funciona no Fórum local, situado na Rua Antônio Evaristo dos Santos, nº 02, Centro, Barra do Mendes-BA, e não há nesta Diretoria Administrativa solicitação de locação de imóvel ou cessão de uso em trâmite com vistas a abrigar a mencionada Promotoria.

**Maria Amalia Borges Franco**  
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 09/04/2024, às 18:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1023403** e o código CRC **1DA14B84**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

- Ciência da Procuradoria Geral de Justiça.
- Oficie-se, conforme solicitado.
- Após, retorne-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa, para acompanhamento.

**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**  
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Maia Souza Marques** em 29/04/2024, às 12:08, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1040053** e o código CRC **6E8F292F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

**Ofício nº 221/2024 – GPGJ**

Procedimento SEI nº 19.09.01973.0005717/2024-45  
(Favor fazer referência a este número)

Salvador/BA, 23 de abril de 2024.

A Sua Excelência a Senhora  
**Desembargadora CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Senhora Presidente,

Ao cumprimentá-la respeitosamente, conforme solicitação da Coordenação de Controle Patrimonial desse Egrégio Tribunal e em alinhamento à histórica parceria interinstitucional consolidada entre o Poder Judiciário baiano e este Ministério Público, solicitamos a Vossa Excelência os bons préstimos no sentido de analisar a possibilidade de regularizar a cessão de uso do espaço utilizado pela Promotoria de Justiça, nas dependências do Fórum no município de Barra do Mendes.

Destarte, certos de contar com a habitual atenção e diligência dessa ínclita Presidência, nos mantemos à disposição para os esclarecimentos pertinentes.

Atenciosamente,

**PEDRO MAIA SOUZA** Assinado de forma digital por  
**MARQUES** PEDRO MAIA SOUZA  
MARQUES  
Dados: 2024.04.25 10:18:16 -03'00'

**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**  
Procurador-Geral de Justiça



**RE: REQUISIÇÃO MINISTERIAL**

Tesse de Jesus Trindade <tetrindade@prestadores.tjba.jus.br>

Qui, 25/04/2024 13:32

Para: Gilvan Pereira de Almeida <gilvan@mpba.mp.br>; protocoloadm <protocoloadm@tjba.jus.br>

Prezado(a), boa tarde!

Informamos que o pedido em tela gerou o processo administrativo TJ-ADM-2024/27080 e foi encaminhado à unidade da CGPRES, nesta data.

Com a devida vênia, sugerimos a Vossa Senhoria a conferência dos documentos inseridos no processo correlato, no prazo de 10 (dez) dias, considerando que o e-mail recebido será, após o transcurso do referido período, deletado, em razão da limitação da capacidade de storage.

Solicitamos vossa colaboração para que os próximos pedidos de abertura de processos sejam feitos prioritariamente por meio de Comunicação Interna (CI's) do SIGA, pelas razões elencadas abaixo:

- Limitação de espaço para o armazenamento dos e-mails do Protocolo Administrativo (exclusão dos e-mails recebidos e convertidos em PA's, após a sua conversão em processo administrativo);
- Extravio, ocasional, de e-mails encaminhados ao Protocolo;
- Atendimento às especificações do SIGA que requer que os arquivos estejam em formato PDF, num limite de 200 folhas por volume e num tamanho máximo de 10 MB;

O SIGA É O MEIO IDEAL! O envio dos pedidos diretamente pelo SIGA na forma de CI's configura a forma mais correta de proceder, evitando os problemas apontados, com as seguintes vantagens:

- Confirmação de recebimento por meio da movimentação da CI;
- Segurança da informação encaminhada, pois as CI's podem ser consultadas, ou resgatadas a qualquer tempo, diretamente no SIGA e não dependem de controle "manual", para a guarda das informações;
- Guarda adequada do conteúdo a anexar uma vez que as CI's estão classificadas com base na Tabela de Temporalidade de Documentos.

Para dirimir qualquer dificuldade na expedição de CIs no SIGA, ou outras informações pertinentes, seguimos à disposição.

Cordialmente,

CPROT - DDI - SEJUD

Tesse Trindade  
(Protocolo Administrativo)

---

**De:** Gilvan Pereira de Almeida <gilvan@mpba.mp.br>

**Enviado:** quinta-feira, 25 de abril de 2024 13:14

**Para:** protocoloadm <protocoloadm@tjba.jus.br>

**Assunto:** REQUISIÇÃO MINISTERIAL

Prezados,

Encaminhamos o Ofício nº 221 PGJA, subscrito pelo Procurador Geral de Justiça Pedro Maia Souza Marques, **ao tempo em que solicitamos a confirmação do recebimento e informar-nos o número de protocolo do documento, nesse Tribunal.**

Atenciosamente,

Gilvã Pereira de Almeida  
Coordenador Administrativo II  
Matricula 351.466  
(71) 3103-0418



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Considerando as providências adotadas pelo Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, encaminhe-se o presente expediente à Diretoria Administrativa para acompanhamento e adoção das demais providências pertinentes para regularizar a cessão de uso do espaço utilizado pela Promotoria de Justiça de Barra do Mendes, nas dependências do Fórum do município.

**ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 30/04/2024, às 18:18, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1047656** e o código CRC **AAD57D17**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À DCCL/CEACC,

Em atendimento ao item 1 do Despacho 1010110, retorne-se o expediente confirmando a utilização do espaço no Fórum de Barra do Mendes por este *Parquet* para providências cabíveis.

**Maria Amalia Borges Franco**  
Diretoria Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 10/06/2024, às 22:54, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1097260** e o código CRC **58CA6036**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Da análise dos documentos carreados aos autos, e considerando o histórico de tramitações desta natureza junto ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, observamos a necessidade da adoção das seguintes diligências adicionais:

1. Pela Procuradoria Geral de Justiça: assinar a declaração de não empregabilidade de menor (conforme modelo em anexo), bem assim confirmar o envio da documentação de representação do PGJ, conforme solicitado no despacho doc 1010110 (haja vista não haver indicação de tal envio no Ofício encartado aos autos). Caso não tenha ocorrido tal providência, solicitamos o encaminhamento dos documentos para o e-mail [contratos@mpba.mp.br](mailto:contratos@mpba.mp.br) e autorização para envio dos mesmos ao Tribunal de Justiça por esta Coordenação;
2. Pela Diretoria Administrativa: realizar a interlocução com a administração do Forum para informar a metragem do espaço atualmente ocupado pelo MPBA no fórum (conforme e-mail 0982670); anexar as certidões de regularidade federal, estadual e municipal deste MPBA;

Após, solicitamos a devolução do expediente para interlocução com o TJBA e impulsionamento interno do ajuste.

**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenadora Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

**Matrícula 353.433**



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 11/06/2024, às 08:32, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1097480** e o código CRC **6E7E0D91**.



## **DECLARAÇÃO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-004, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Pedro Maia Souza Marques**, **DECLARA**, para os devidos fins, que não mantém relação empregatícia com menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 anos, admitindo-se a participação, a partir de 14 anos, na condição de participante do no Programa Estágio do Ministério Público, aprovado em Processo Seletivo, supervisionado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

Salvador/BA.

**Pedro Maia Souza Marques**  
Procurador-Geral de Justiça

**(Datado e assinado digitalmente/eletronicamente)**



## DECLARAÇÃO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-004, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Pedro Maia Souza Marques**, **DECLARA**, para os devidos fins, que não mantém relação empregatícia com menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 anos, admitindo-se a participação, a partir de 14 anos, na condição de participante do no Programa Estágio do Ministério Público, aprovado em Processo Seletivo, supervisionado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

Salvador/BA.  
Assinado de forma digital por  
PEDRO MAIA SOUZA  
MARQUES  
Dados: 2024.07.17 19:06:42  
-03'00'  
**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**  
Procurador-Geral de Justiça

**(Datado e assinado digitalmente/eletronicamente)**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à SGA/Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, reforçando que os demais documentos deverão ser encaminhados por meio de correspondência eletrônica.

**ALICE PARADA COSTA**  
Assessoria de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Alice Parada Costa Dionizio** em 23/07/2024, às 09:07, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1151949** e o código CRC **F729C5C5**.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CNPJ: 04.142.491/0001-66**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:32:06 do dia 10/06/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 07/12/2024.

Código de controle da certidão: **3DBF.0F2C.0695.975B**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20243126908**

RAZÃO SOCIAL	
<b>MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA</b>	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	<b>04.142.491/0001-66</b>

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 23/07/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



## Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ

Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR**

Razão Social: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 04.142.491/0001-66  
Endereço: AVENIDA 5A AV CENTRO ADMINISTRATIVO Nº 750 - CENTRO  
ADMINISTRATIVO DA BAHIA, SALVADOR/BA - CEP: 41745004 -

Número da Certidão: 1263235

É certificado que não constam pendências em nome do sujeito passivo acima identificado, incluindo matriz e filiais localizadas no Município.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.go.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 15:05:03 horas do dia 23/07/2024.

Válida até dia 21/10/2024.

Código de controle da certidão:

**9966.CCEF.78F6.E6B4.31A9.B8F7.1DB8.35B2**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 04.142.491/0001-66  
**Razão Social:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
**Endereço:** AV JOANA ANGELICA 183 / NAZARE / SALVADOR / BA / 40050-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/07/2024 a 18/08/2024

**Certificação Número:** 2024072001090937782149

Informação obtida em 23/07/2024 15:07:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.142.491/0001-66

Certidão nº: 51229850/2024

Expedição: 23/07/2024, às 15:07:46

Validade: 19/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.142.491/0001-66**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

## Documentação - regularização da cessão de uso - sala no Fórum - Barra do Mendes

Thalita Brito Caldas <thalita.caldas@mpba.mp.br>

Ter, 23/07/2024 15:46

Para: copat@tjba.jus.br <copat@tjba.jus.br>; REJANE SOUZA DA SILVA <resosilva@prestadores.tjba.jus.br>

Cc: Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

 1 anexos (856 KB)

Documentação MPBA - Cessão de uso - Barra do Mendes.pdf;

Prezados,

Usamos do presente para reencaminhar os documentos relativos à regularização da cessão de uso de imóvel visando a utilização de sala localizada no FÓRUM da comarca de BARRA DO MENDES pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

Em anexo os seguintes documentos:

Ofício nº 221/2024-GPGJ contendo manifestação de interesse do Ministério Público do Estado da Bahia ;

E-mail de confirmação do recebimento do ofício em 25/04/2024;

Declaração de não exploração de mão de obra infantil;

Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal;

Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual (BA);

Certidão de regularidade para com a Justiça do Trabalho;

Certidão de regularidade para com o FGTS.

Por fim, registramos que o procedimento interno (no âmbito do MPBA) tramita sob o número SEI 19.09.01973.0005717/2024-45.

Atenciosamente,

**Thalita Brito Caldas**

Assistente técnico-administrativo/Mat.: 354181

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0540/0543



RE: Solicitação - Cessão de uso - MPBA

REJANE SOUZA DA SILVA <resosilva@prestadores.tjba.jus.br>

Sex, 26/07/2024 11:47

Para:Thalita Brito Caldas <thalita.caldas@mpba.mp.br>

Cc:COPAT <copat@tjba.jus.br>;Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Acuso recebimento, Thalita.

Farei a consulta e darei um retorno, assim que possível.

At.te.

Rejane Souza

Tribunal de Justiça da Bahia- Coordenação de Controle Patrimonial  
(71) 3360-2417

"Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos" (Provérbios 16:3)

De: Thalita Brito Caldas <thalita.caldas@mpba.mp.br>

Enviado: sexta-feira, 26 de julho de 2024 11:36

Para: REJANE SOUZA DA SILVA <resosilva@prestadores.tjba.jus.br>

Cc: COPAT <copat@tjba.jus.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: Solicitação - Cessão de uso - MPBA

Favor acusar o recebimento.

Prezada Rejane, bom dia!

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar atualização acerca dos expedientes abaixo listados que tem como objeto a regularização da cessão de uso de salas ocupadas por este Ministério Público nos Fóruns de comarcas localizadas no interior do Estado.

Neste sentido, caso possua conhecimento de outras cessões de mesmo objeto que estejam em trâmite neste Tribunal, solicito a gentileza de nos informar.


Nº Processo	Processo relacionado	Objeto do instrumento	Situação	Nº do ofício de solicitação	Data do envio	Nº do Processo TJBA	Nº do Termo
19.09.02347.0015369/2024-21	19.09.01968.0001023/2023-29	Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas	AJUSTE NA MINUTA - No objeto	Of. nº 022/2023-GPGJ	23/01/2023	TJ-ADM-2023/49344	03/2024-TCU


		dependências do Fórum da comarca de <b>ITAGIBÁ.</b>					
19.09.01973.0005717/2024-45		Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>BARRA DO MENDES.</b>	<b>ENCAMINHA- SOLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS</b>	Of. nº 221/2024- GPGJ	24/04/2024		
19.09.02328.0027338/2022-73	19.09.01973.0001638/2024-10	Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>ITABELA.</b>	<b>AJUSTE NA MINUTA - Nome do PGJ</b>	Of. nº 019/2023- GPGJ	23/01/2023	TJ-ADM- 2023/14098	06/2024-TCU
19.09.02328.0012506/2023-39	19.09.01968.0012792/2023-59	Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>SANTA CRUZ CABRÁLIA.</b>	<b>ENCAMINHA- SOLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS</b>	Of. nº 156/2023- GPGJ	30/05/2023		
19.09.00925.0014426/2022-15	19.09.01970.0000670/2023- 77/19.09.01973.0031489/2023- 29	Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de SANTA RITA DE CÁSSIA, SÃO DESIDÉRIO e <b>RIACHÃO DAS NEVES.</b>	<b>ENCAMINHA- SOLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS</b>	Of. nº 509/2023- GPGJ e Of. nº 147/2024-GPGJ	14/01/2023 e 14/03/2024	TJ-ADM- 2023/49344	
19.09.02328.0013617/2024-56		Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>IGAPORÃ.</b>	<b>ENCAMINHA- SOLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS</b>	Of. nº 271/2024- GPGJ	03/06/2024		

Desde já agradeço a atenção e parceria constante.


Atenciosamente,


**Thalita Brito Caldas**  
Assistente técnico-administrativo/Mat.: 354181  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Tel.: (71) 3103-0540/0543


 Excluir


 Arquivar


 Denunciar








 Aplicar zoom





Solicitação - Cessão de uso - MPBA



Alan Fabricio de Almeida Santos















Para: REJANE SOUZA DA SILVA <resosilva@prestadores.tjba.jus.br>

Ter, 22/10/2024 10:23

Cc: Fernanda da Costa Peres Valentim

Prezada Rejane.

Bom dia.

Conforme e-mail abaixo, no dia 26/07/2024 enviamos mensagem com alguns expedientes relacionados a regularização da cessão de uso de salas ocupadas por este MPBA nos Fóruns de comarcas localizadas no interior do Estado.

Aproveito a oportunidade e reencaminho o e-mail para saber se existe alguma atualização sobre as referidas questões.

Cordialmente,

Alan Almeida  
alan.santos@mpba.mp.br  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitação  
MPBA

De: Thalita Brito Caldas

Enviado: sexta-feira, 26 de julho de 2024 11:36

Para: REJANE SOUZA DA SILVA <resosilva@prestadores.tjba.jus.br>

Cc: copat@tjba.jus.br <copat@tjba.jus.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Assunto: Solicitação - Cessão de uso - MPBA

Favor acusar o recebimento.

Prezada Rejane, bom dia!

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar atualização acerca dos expedientes abaixo listados que tem como objeto a regularização da cessão de uso de salas ocupadas por este Ministério Público nos Fóruns de comarcas localizadas no interior do Estado.

Neste sentido, caso possua conhecimento de outras cessões de mesmo objeto que estejam em trâmite neste Tribunal, solicito a gentileza de nos informar.

Nº Processo	Processo relacionado	Objeto do instrumento	Situação	Nº do ofício de solicitação	Data do envio	Nº do Proc TJBA
19.09.02347.0015369/2024-21	19.09.01968.0001023/2023-29	Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas	AJUSTE NA MINUTA	Of. nº 022/2023-	23/01/2023	TJ-AD




 Excluir  Arquivar  Denunciar     Aplicar zoom  

## RE: Solicitação - Cessão de uso - MPBA



 E-mail ...recer.pdf

 Of. 58-2024.pdf

**De:** Fernanda da Costa Peres valentim <fernanda.peres@mpba.mp.br>; Marcelo Silveira Alicantara <msalcantara@tjba.jus.br>

**Assunto:** RE: Solicitação - Cessão de uso - MPBA

Prezado Alan,

Como vai? Espero que você esteja bem.

Quero começar pedindo desculpas pela demora na minha resposta, diante da alta demanda, achei que tinha respondido esse e-mail.

Estou aqui agora e gostaria de retomar a nossa conversa. Segue abaixo os processos e seus andamentos.

- **PA 2023/49344 - Comarca de Itagibá** - O processo encontra-se na Secretaria de Administração do TJBA para assinatura da Excelentíssima Desembargadora Presidente e publicação no diário de justiça, tão logo haja assinatura e publicação, encaminharemos uma cópia do documento para o controle de vocês;
- **PA 2023/14098 - Comarca de Itabela:** O processo encontra-se na Consultoria Jurídica deste TJBA para retificação do instrumento, em razão da nova mesa Diretora desta Corte;
- **PA 2023/82585 - Comarca de Riachão das Neves:** O TCU nº 47/2024 foi encaminhado ao MPBA em 31/07/2024 para assinatura do Cessionário e até o momento não retornou com as assinaturas. Se puder verificar agradeço. No momento da entrega dos documentos no setor de protocolo foi gerado o SEI nº 1909.02347.0022685/2024-17;
- **PA 2024/37163 - Comarca de Igaporã:** Processo encontra-se no NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos de Resolução de Conflitos), para manifestação se existe projeto de instalação do CEJUSC/POSTO AVANÇADO no espaço em questão;
- **PA 2024/27080 - Comarca de Barra do Mendes:** O processo encontra-se na Secretaria de Administração do TJBA para deliberação sobre a conveniência e oportunidade da administração quanto ao pedido formulado;
- **PA 2023/31679 - Comarca de Barra do Mendes:** O processo encontra-se na Secretaria de Administração do TJBA para deliberação sobre a conveniência e oportunidade da administração quanto ao pedido formulado;

Agradeço novamente pela sua compreensão e estou à disposição para qualquer outra

Salvador, 02 de dezembro de 2024

**Ofício DSP/COPAT nº 121/2024**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Ilmº. Srº, PEDRO MAIA SOUZA MARQUES

Avenida Joana Angelica, nº 183, Nazaré, Salvador – Bahia

**ASSUNTO:** Assinatura do Termo de Cessão de Uso nº 75/2024 – PA 2024/27080

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, 02 (duas) vias do Termo de Cessão de uso nº 75/2024, que entre si celebram, o TJBA e o Ministério Público da Bahia, cujo objeto é a cessão de uso de uma sala, nas dependências do Fórum da Comarca de Barra do Mendes, com prazo de vigência por 60 (sessenta) meses, para a devida assinatura por Vossa Senhoria, além das 02 (duas) testemunhas.

Ressaltamos que as assinaturas poderão ser realizadas por meio digital, devendo, nesse caso, também assim ser precedido pelas testemunhas ou apenas assinado pelo representante da Cessionária.

Importante salientar que, para a devida publicação no Diário de Justiça Eletrônico – DJE, é imprescindível que as vias físicas e originais do instrumento sejam enviadas a esta Coordenação de Patrimônio no endereço: **Av. Luiz Viana Filho, nº 4.289 – Paralela (Mussurunga) - Salvador/BA – CEP: 41.500-300. Centro Logístico do TJBA – Unidade COPAT – Coordenação de Controle Patrimonial. (Referência: Próximo a estação de metrô da Mussurunga).**

Frise-se que o referido termo **NÃO** deverá ser datado.

Em caso de assinatura digital, solicitamos que o documento seja enviado através do e-mail: [copat@tjba.jus.br](mailto:copat@tjba.jus.br)

Na oportunidade, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

  
**Marcelo Silveira Alcântara**  
Coordenador de Controle Patrimonial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

Nº 75/2024-TCU

**TERMO PARA CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, NA FORMA ABAIXO:**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**, [REDACTED]

[REDACTED] adiante designado **CEDENTE**, do outro lado, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na Avenida Joana angelica, nº 183, Nazaré, Município de Salvador - Bahia, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. **PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**, [REDACTED]

[REDACTED] **CESSIONÁRIA**, tendo em vista o constante do PA TJ-ADM-2024/27080, e com base na Lei Estadual nº 14.634/2023 e no Decreto Judiciário TJBA nº 495, de 08 de agosto de 2014, resolvem celebrar este Termo Administrativo para Cessão de Uso de Bem Público, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto do presente ajuste a cessão de uso gratuita de 01 (uma) sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes.

**Parágrafo primeiro:** O bem cedido será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Termo de Cessão entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, pelos partícipes, mediante manifestação por escrito.

**Parágrafo primeiro:** A rescisão pela **CESSIONÁRIA** deve ser manifestada por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo segundo:** Resguarda-se ao **CEDENTE** o direito de revogar o ajuste, a qualquer tempo, por critérios de conveniência e oportunidade, sem que deste ato lhe advenha qualquer ônus.

**Parágrafo terceiro:** Extinto o ajuste, por qualquer motivo, obriga-se o cessionário a desocupar e devolver os espaços cedidos, imediatamente, em bom estado de conservação.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Obriga-se a **CESSIONÁRIA** a usar o imóvel, objeto do presente termo de Cessão de Uso, exclusivamente para os fins previstos na cláusula primeira, não podendo cedê-lo, transferi-lo ou emprestá-lo, total ou parcialmente, a terceiros

**CLÁUSULA QUARTA** – Além dos compromissos expressos nas demais cláusulas deste instrumento, a **CESSIONÁRIA** compromete-se a:

I – a conservação e a manutenção da área cedida;

II – o pagamento dos custos ou rateio dos custos proporcionais aos espaços cedidos, tais como: seguro, manutenção e instalação de ramal telefônico, prestação de serviço de limpeza, segurança, tarifas de água, esgoto e energia elétrica, manutenção predial e demais encargos que incidem ou vierem a incidir sobre as áreas cedidas;







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

III – fazer cumprir por seus prepostos e empregados as instruções do Tribunal de Justiça;

IV – indenizar os danos causados ao imóvel, a seus equipamentos e instalações;

V – observar o horário de funcionamento estabelecido pelo Fórum/Tribunal de Justiça, se a área transferida estiver localizada nas suas dependências.

VI – não promover qualquer modificação nas características do imóvel sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça;

VII – realizar adaptações e/ou reparos necessários, com todas às expensas necessárias, garantindo as condições de uso e habitabilidade do imóvel, quando da devolução.

**CLÁUSULA QUINTA** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a realizar, às suas expensas, as adaptações ou os reparos necessários à adequação do imóvel aos fins a que se destinam, bem como para garantir as condições de uso e habitabilidade.

**Parágrafo único** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a providenciar a vistoria do imóvel por Engenheiro Estruturalista, caso exista necessidade de reparos e ajustes visando a adequação do imóvel às suas novas finalidades, sendo necessária a autorização prévia, por escrito, do **CEDENTE**, para realizar alteração estrutural no imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA** – Incorporar-se-ão ao patrimônio do **CEDENTE**, independentemente de compensação de qualquer espécie, todas as acessões e benfeitorias que a **CESSIONÁRIA** realizar no imóvel, durante o período da Cessão de uso, não cabendo de igual modo, direito de retenção do bem, seja a que título for.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**Parágrafo primeiro:** A **CESSIONÁRIA** tem ciência que fica expressamente vedada qualquer pagamento de indenização, por parte do **CEDENTE**, para benfeitorias realizadas nos imóveis, de qualquer tipo ou natureza.

**Parágrafo Segundo:** Finda a Cessão de Uso, será promovida vistoria no imóvel, de modo a verificar o seu estado de conservação e as alterações efetuadas pela **CESSIONÁRIA**, sua natureza e possibilidade de levantamento, necessidade de reparos de danos excedentes dos desgastes resultantes do uso normal, indenizações devidas ao **CEDENTE**, devendo o respectivo laudo ser instruído com fotos de todos os imóveis e assinado pelas partes.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao **CEDENTE** fica facultado o direito de vistoriar o imóvel cedido, quando entender necessário, obrigando-se a **CESSIONÁRIA** a não se opor, nem criar embaraços que dificultem as vistorias

**CLÁUSULA OITAVA** – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do acordo, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

**Parágrafo primeiro** – É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do acordo para finalidade distinta daquela do objeto pactuado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo segundo** – Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço, especialmente prevenção à lavagem de dinheiro.







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**Parágrafo terceiro** – As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução do acordo, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo quarto** – A **CESSIONÁRIA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, aplicando e aprimorando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo TJBA.

**Parágrafo quinto** – A **CESSIONÁRIA** fica obrigada a comunicar ao TJBA, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo sexto** – As partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento de dados poderão ser revogadas, a qualquer momento, pela respectiva pessoa natural, mediante simples manifestação expressa, devendo as eventuais revogações de consentimento serem informadas uma a outra, a fim de que as devidas medidas sejam imediatamente adotadas.

**Parágrafo sétimo** – O **CEDENTE** se compromete a cumprir toda legislação aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, devendo adotar as medidas para, nos termos do art. 8º da LGPD, obter o consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, quando for o caso.

**Parágrafo oitavo** – A **CESSIONÁRIA** responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do TJBA, salvo nos casos de exclusão





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

previstos legalmente (art. 43 da Lei n. 13.709/2018).

**CLÁUSULA NONA** – A publicação do presente Termo de Cessão de Uso será efetuada, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Termo, fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Bahia.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que, no final, se identificam.

Salvador, em                      de                      de 2024.

**Cedente:**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

**Cessionária:**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**

Defensora Pública Geral do Estado da Bahia

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF:







MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Assessoria Técnico-Jurídica da SGA:

Trata-se de procedimento relativo a termo de cessão de uso a ser firmado com o TJBA, visando a regularização da utilização, pelo MPBA, de sala localizada no Fórum da Comarca de Barra do Mendes - BA – minuta constante no doc. 1394159.

Ante o exposto, e em atenção ao quanto disposto no artigo art. 53, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, remetemos o expediente para análise e manifestação dessa Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa.

Atenciosamente,

**Fernanda da Costa Peres Valentim**  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Assistente de Gestão II  
Matrícula 352.831



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda da Costa Peres Valentim** - Assistente de Gestão II, em 23/01/2025, às 17:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1394162** e o código CRC **C0DA31F2**.



## PARECER

Procedimento SEI nº.:	19.09.01973.0005717/2024-45
Assunto:	Termo de Cessão de Uso de Bem Público
Interessado(a):	Promotoria de Justiça de Barra do Mendes

EMENTA: TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (TJBA) E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (MPBA). PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA DO MENDES. ART. 38 DA LEI ESTADUAL Nº.14.634/23. DECRETO JUDICIÁRIO TJBA Nº 495/2014. PELA APROVAÇÃO DA MINUTA.

## PARECER Nº 59/2025

### I - DO RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Termo de Cessão de Uso de bem imóvel a ser firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - TJBA (cedente) e o Ministério Público do Estado da Bahia - MPBA (cessionária), cujo objeto é a cessão de uso gratuita de um bem imóvel (01 sala localizada no Fórum da Comarca de Barra do Mendes), que será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.

Do cotejo dos autos, notadamente dos docs. SEI nº 1042958 e 1047656, extrai-se que o expediente tem por finalidade a regularização da cessão de uso do espaço ocupado pelo MPBA, utilizado pela Promotoria de Justiça, nas dependências do Fórum no município de Barra do Mendes.

Instruem o expediente, em especial: despacho da DCCL (1010110); despacho da DADM (1023403); despacho do PGJ (1040053); Ofício do GPGJ/MPBA ao TJBA (1042958); despacho da SGA (1047656); despacho CEACC (1097480); Declaração do MPBA (1145870); certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, FGTS e trabalhista (respectivamente 1153510, 1153514, 1153520, 1153524 e 1153527); Ofício do TJBA ao MPBA (1394154); minuta do Termo para cessão de uso do bem (1394159); despacho da DCCL (1394162), solicitando a análise e manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica.

É o breve relatório.

Passamos a opinar.

### II – DA CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

A Lei Estadual nº 14.634/2023, em seu art. 38, dispõe sobre a cessão de uso de bens imóveis quando a órgão ou entidade da Administração Pública. *In verbis*:

*Art. 38. A cessão de uso de bem público será outorgada por termo administrativo a órgão ou entidade da Administração Pública, dispensada a licitação, observados os seguintes requisitos:*

*I - tempo certo e determinado;*

*II - uso gratuito ou em condições especiais, com ou sem imposição de encargo;*

*III - destinação específica para utilização pelo próprio cessionário.*

O uso de bens imóveis poderá ser outorgado mediante diversos instrumentos jurídicos, dentre eles, o instituto da cessão.

O Decreto Judiciário TJBA nº 495, de 8 de agosto de 2014, dispõe sobre a cessão e a permissão de uso de espaços públicos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. E seu art. 2º assim preconiza:

*Art. 2º. O ajuste entre o Tribunal de Justiça e entidades públicas ou privadas para a outorga a estes da utilização exclusiva de espaços públicos será formalizado sob o regime de cessão de uso.*

### III – DA MINUTA DO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

A minuta do termo de cessão (1394159) obedece às disposições legais, contendo cláusulas referentes ao tempo certo e determinado (cláusula segunda), prevendo uso gratuito (cláusula primeira) e destinação específica para utilização pela própria cessionária, qual seja, o funcionamento da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes (conforme previsto na cláusula primeira, parágrafo primeiro).

O interesse público restará atendido, pois o bem cedido (espaço/sala ocupada pelo MPBA nas dependências do Fórum no município de Barra do Mendes) será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.

Portanto, preenchidos os requisitos supradescritos.

#### IV – CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, esta Assessoria Técnico-Jurídica **aprova a minuta do Termo de Cessão de Uso de bem imóvel** (1394159), conforme disposto no art. 38 da Lei Estadual nº 14.634/23.

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

Assessora de Gabinete

Assessoria Técnico-Jurídica/SGA

Matrícula nº 355.047

**Belª. Vanessa Pontes de Paula**

Analista Técnico-Jurídica

Assessoria Técnico-Jurídica/SGA

Matrícula nº 353.977



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** - Assessora de Gabinete, em 29/01/2025, às 17:29, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Pontes De Paula** - Analista Técnico, em 29/01/2025, às 17:49, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1396499** e o código CRC **D7107073**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Acolho o Parecer nº 59/2025 da Assessoria Técnico-Jurídica, pelos seus fundamentos, relativo ao requerimento de análise e manifestação em face do **Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel**, a ser celebrado com o TJBA, cujo objeto é a cessão de uso gratuito de um bem imóvel (01 sala localizada no Fórum da Comarca de Barra do Mendes), que será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais., o qual prevê prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com possibilidade de prorrogação, a critério das partes.

Considerando que a mencionada Assessoria opinou pela regularidade jurídica da pretensão administrativa, encaminhe-se o presente expediente para conhecimento e adoção das providências pertinentes, inclusive quanto às comunicações necessárias.

**ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 02/02/2025, às 20:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1402736** e o código CRC **A20A2D10**.



## DESPACHO

À Assessoria de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça:

Considerando a conclusão do trâmite administrativo cabível, encaminhamos o presente expediente ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para que, uma vez confirmada a conveniência e oportunidade na celebração da avença (cessão de uso, pelo TJBA, de uma sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes), seja diligenciada a coleta da assinatura do ilustre representante do Ministério Público do Estado da Bahia no documento 1394159.

Após, solicita-se o retorno do expediente, acompanhado do instrumentos assinado, para que possamos diligenciar a coleta de assinaturas pelo TJBA e adoção das demais providências cabíveis.

Atenciosamente,

**Fernanda da Costa Peres Valentim**  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Assistente de Gestão II  
Matrícula 352.831



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda da Costa Peres Valentim** - Assistente de Gestão II, em 03/02/2025, às 11:23, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1406750** e o código CRC **25659FD9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

- Ciência da Procuradoria-Geral de Justiça.
- Após assinatura, retorne-se o presente expediente à SGA/Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações.

**FABRÍCIO RABELO PATURY**

Promotor de Justiça  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Fabrizio Rabelo Patury** - Promotor de Justiça, em 05/02/2025, às 09:55, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1407733** e o código CRC **15081831**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

Nº 75/2024-TCU

**TERMO PARA CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, NA FORMA ABAIXO:**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**, [REDACTED]

[REDACTED] adiante designado **CEDENTE**, do outro lado, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na Avenida Joana angelica, nº 183, Nazaré, Município de Salvador - Bahia, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. **PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**, [REDACTED]

[REDACTED] **CESSIONÁRIA**, tendo em vista o constante do **PA TJ-ADM-2024/27080**, e com base na Lei Estadual nº 14.634/2023 e no Decreto Judiciário TJBA nº 495, de 08 de agosto de 2014, resolvem celebrar este Termo Administrativo para Cessão de Uso de Bem Público, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto do presente ajuste a cessão de uso gratuita de 01 (uma) sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes.

**Parágrafo primeiro:** O bem cedido será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Termo de Cessão entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, pelos partícipes, mediante manifestação por escrito.

**Parágrafo primeiro:** A rescisão pela **CESSIONÁRIA** deve ser manifestada por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo segundo:** Resguarda-se ao **CEDENTE** o direito de revogar o ajuste, a qualquer tempo, por critérios de conveniência e oportunidade, sem que deste ato lhe advenha qualquer ônus.

**Parágrafo terceiro:** Extinto o ajuste, por qualquer motivo, obriga-se o cessionário a desocupar e devolver os espaços cedidos, imediatamente, em bom estado de conservação.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Obriga-se a **CESSIONÁRIA** a usar o imóvel, objeto do presente termo de Cessão de Uso, exclusivamente para os fins previstos na cláusula primeira, não podendo cedê-lo, transferi-lo ou emprestá-lo, total ou parcialmente, a terceiros

**CLÁUSULA QUARTA** – Além dos compromissos expressos nas demais cláusulas deste instrumento, a **CESSIONÁRIA** compromete-se a:

I – a conservação e a manutenção da área cedida;

II – o pagamento dos custos ou rateio dos custos proporcionais aos espaços cedidos, tais como: seguro, manutenção e instalação de ramal telefônico, prestação de serviço de limpeza, segurança, tarifas de água, esgoto e energia elétrica, manutenção predial e demais encargos que incidem ou vierem a incidir sobre as áreas cedidas;







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

III – fazer cumprir por seus prepostos e empregados as instruções do Tribunal de Justiça;

IV – indenizar os danos causados ao imóvel, a seus equipamentos e instalações;

V – observar o horário de funcionamento estabelecido pelo Fórum/Tribunal de Justiça, se a área transferida estiver localizada nas suas dependências.

VI – não promover qualquer modificação nas características do imóvel sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça;

VII – realizar adaptações e/ou reparos necessários, com todas às expensas necessárias, garantindo as condições de uso e habitabilidade do imóvel, quando da devolução.

**CLÁUSULA QUINTA** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a realizar, às suas expensas, as adaptações ou os reparos necessários à adequação do imóvel aos fins a que se destinam, bem como para garantir as condições de uso e habitabilidade.

**Parágrafo único** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a providenciar a vistoria do imóvel por Engenheiro Estruturalista, caso exista necessidade de reparos e ajustes visando a adequação do imóvel às suas novas finalidades, sendo necessária a autorização prévia, por escrito, do **CEDENTE**, para realizar alteração estrutural no imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA** – Incorporar-se-ão ao patrimônio do **CEDENTE**, independentemente de compensação de qualquer espécie, todas as acessões e benfeitorias que a **CESSIONÁRIA** realizar no imóvel, durante o período da Cessão de uso, não cabendo de igual modo, direito de retenção do bem, seja a que título for.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**Parágrafo primeiro:** A **CESSIONÁRIA** tem ciência que fica expressamente vedada qualquer pagamento de indenização, por parte do **CEDENTE**, para benfeitorias realizadas nos imóveis, de qualquer tipo ou natureza.

**Parágrafo Segundo:** Finda a Cessão de Uso, será promovida vistoria no imóvel, de modo a verificar o seu estado de conservação e as alterações efetuadas pela **CESSIONÁRIA**, sua natureza e possibilidade de levantamento, necessidade de reparos de danos excedentes dos desgastes resultantes do uso normal, indenizações devidas ao **CEDENTE**, devendo o respectivo laudo ser instruído com fotos de todos os imóveis e assinado pelas partes.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao **CEDENTE** fica facultado o direito de vistoriar o imóvel cedido, quando entender necessário, obrigando-se a **CESSIONÁRIA** a não se opor, nem criar embaraços que dificultem as vistorias

**CLÁUSULA OITAVA** – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do acordo, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

**Parágrafo primeiro** – É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do acordo para finalidade distinta daquela do objeto pactuado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo segundo** – Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço, especialmente prevenção à lavagem de dinheiro.







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**Parágrafo terceiro** – As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução do acordo, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo quarto** – A **CESSIONÁRIA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, aplicando e aprimorando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo TJBA.

**Parágrafo quinto** – A **CESSIONÁRIA** fica obrigada a comunicar ao TJBA, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo sexto** – As partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento de dados poderão ser revogadas, a qualquer momento, pela respectiva pessoa natural, mediante simples manifestação expressa, devendo as eventuais revogações de consentimento serem informadas uma a outra, a fim de que as devidas medidas sejam imediatamente adotadas.

**Parágrafo sétimo** – O **CEDENTE** se compromete a cumprir toda legislação aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, devendo adotar as medidas para, nos termos do art. 8º da LGPD, obter o consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, quando for o caso.

**Parágrafo oitavo** – A **CESSIONÁRIA** responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do TJBA, salvo nos casos de exclusão





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

previstos legalmente (art. 43 da Lei n. 13.709/2018).

**CLÁUSULA NONA** – A publicação do presente Termo de Cessão de Uso será efetuada, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Termo, fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Bahia.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que, no final, se identificam.

Salvador, em                      de                      de 2024.

**Cedente:**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

**Cessionária:**

PEDRO MAIA SOUZA  
MARQUES [REDACTED]  
Assinado de forma digital por  
PEDRO MAIA SOUZA  
MARQUES [REDACTED]  
Dados: 2025.02.05 16:41:32 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**  
Defensora Pública Geral do Estado da Bahia

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:





---

**RE: MPBA - Envio de termo de cessão de uso assinado pelo PGJ**

---

**De** Fernanda da Costa Peres Valentim <fernanda.peres@mpba.mp.br>

**Data** Qua, 30/04/2025 14:35

**Para** COPAT <copat@tjba.jus.br>; TENILLE GOMES FREITAS <tgfreitas@tjba.jus.br>; Antonio Carlos Ribeiro de Jesus <acrjesus@tjba.jus.br>; Marcelo Silveira Alcantara <msalcantara@tjba.jus.br>

**Cc** Convênios <convenios@mpba.mp.br>

 1 anexo (1 MB)

75.2024\_TCU.pdf;

Prezada(o)s,

Boa tarde.

Cumprimentando-a(o)s cordialmente, sirvo-me do presente para enviar, em anexo, o Termo de Cessão de Uso - TCU Nº 75/2024, assinado digitalmente pelo Procurador-Geral de Justiça deste Ministério Público do Estado da Bahia, e cujo objeto é a cessão de uso gratuito do espaço utilizado pelo Ministério Público nas dependências do fórum da comarca de **Barra do Mendes**.

Referência: Ofício DSP/COPAT nº 121/2024 - PA 2024/27080

**Favor confirmar recebimento e informar a necessidade de emissão de novo termo, com o ano de 2025, conforme comunicação assemelhada enviada por essa COPAT.**

Atenciosamente,

**Fernanda da Costa Peres Valentim**

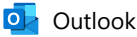
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0125/0124 - convenios@mpba.mp.br





MPBA - regularização de cessões de uso

De Fernanda da Costa Peres Valentim <fernanda.peres@mpba.mp.br>  
Data Qua, 21/05/2025 11:26  
Para COPAT <copat@tjba.jus.br>; Marcelo Silveira Alcantara <msalcantara@tjba.jus.br>; TENILLE GOMES FREITAS <tgfreitas@tjba.jus.br>; Antonio Carlos Ribeiro de Jesus <acrjesus@tjba.jus.br>; REJANE SOUZA DA SILVA <resosilva@prestadores.tjba.jus.br>  
Cc Convênios <convenios@mpba.mp.br>

FINEZA ACUSAR RECEBIMENTO

Prezados,  
  
Bom dia. Como vão? Espero que esta mensagem os receba bem.

Esta Unidade de Convênios do MPBA, visando o melhor acompanhamento dos termos de cessão de uso de imóveis a serem firmados com esse Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, elaborou a seguinte compilação de dados:

Objeto do instrumento	Situação	Nº do ofício de solicitação	Data do envio	Nº do Processo TJBA	Nº do Termo
Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>SÃO FELIPE</b> .	TCU anterior vencido. Docs. enviados à COPAT para renovação do ajuste	Ofício nº 15/2025 – GPGJ	Ofício PGJ: 29/01/2025 Documentos: 26/02/2025	PA 2019/06942	TCU 33/2019 (vencido)
Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>SANTA CRUZ CABRÁLIA</b> .	Infomação do TJBA (07/03/25) sobre necessidade de emissão de TCU datado em 2025	Ofício nº 156/2023 – GPGJ	Ofício PGJ: 30/05/2023 Documentos: 02/06/2023 TCU assinado: 24/01/2025	TJ-ADM-2023/31679	52/2024-TCU (a ser atualizado)
Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>ITABELA</b> .	Infomação do TJBA (07/03/25) sobre necessidade de emissão de TCU datado em 2025	Ofício nº 019/2023-GPGJ	Ofício PGJ: 23/01/2023 Documentos: 23/01/2023 TCU assinado: 24/01/2025	TJ-ADM-2023/14098	06/2024-TCU (a ser atualizado)
Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>PRADO</b> .	Em trâmite administrativo no TJBA	Ofício nº 77/2025 – GPGJ	Ofício PGJ: 25/02/2025 Documentos: 26/02/2025	2021/14906 Obs.: sob a responsabilidade do técnico Antônio Carlos	
Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público em <b>SANTO AMARO</b> (Casa do Juiz).	Em trâmite administrativo no TJBA (Secretaria de Administração aguardando deliberações)	Ofício nº 152/2024 – GPGJ	Ofício PGJ: 14/03/2024	TJ-ADM-2017/48408	
Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>RIACHÃO DAS NEVES</b> .	Aguardando assinatura pela Presidente do TJBA. Obs: possivelmente será necessário emitir TCU datado em 2025	Ofício nº 147/2024 – GPGJ	Ofício PGJ: 14/03/2024 Documentos: 26/02/2025 TCU assinado: 14/03/2025	TJ-ADM-2023/82585	47/2024-TCU (provavelmente será atualizado)
Cessão de uso gratuito pelo Ministério Público de 15 vagas no estacionamento do Fórum Des. Carlos Souto	Em trâmite administrativo no TJBA (Secretaria de Administração aguardando deliberações)	Solicitação feita por e-mail do Gabinete	Manif. interesse PGJ: 06/08/2024	PA 2014/08576	
Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>ITANHÉM</b> .	Ofício de interesse enviado à Presidência do TJBA. Docs. enviados à COPAT	Ofício nº 151/2025 – GPGJ	Ofício PGJ: 29/04/2025 Documentos: 08/05/2025		
Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>NOVA VIÇOSA</b> .	Ofício de interesse enviado à Presidência do TJBA. Docs. enviados à COPAT	Ofício nº 154/2025 – GPGJ	Ofício PGJ: 29/04/2025 Documentos: 08/05/2025		
Cessão de uso gratuito de imóvel utilizado pelo Ministério Público nas dependências do Fórum da comarca de <b>BARRA DO MENDES</b> .	Aguardando assinatura pela Presidente do TJBA. Obs: possivelmente será necessário emitir TCU datado em 2025	Of. nº 221/2024-GPGJ	Ofício PGJ: 24/04/2024 Documentos: 23/07/2024 TCU assinado: 30/04/2025	TJ-ADM-2024/27080	75/2024-TCU (provavelmente será atualizado)

Neste contexto, solicitamos os bons préstimos dessa COPAT em nos informar o atual status dos procedimentos administrativos no âmbito do TJBA.

Agradeço, desde já, pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Fernanda da Costa Peres Valentim  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Superintendência de Gestão Administrativa  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Tel.: (71) 3103-0125/0124 - convenios@mpba.mp.br

Salvador, 11 de Junho de 2025

**Ofício DSP/COPAT nº 24/2025**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Ilmº. Srº, PEDRO MAIA SOUZA MARQUES

Avenida Joana Angelica, nº 183, Nazaré, Salvador – Bahia

**ASSUNTO:** Assinatura do Termo de Cessão de Uso nº 11/2025 – PA 2024/27080

Prezado Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, 02 (duas) vias do Termo de Cessão de uso nº 11/2025, que entre si celebram, o TJBA e o Ministério Público da Bahia, cujo objeto é a cessão de uso de uma sala, nas dependências do Fórum da Comarca de Barra do Mendes, com prazo de vigência por 60 (sessenta) meses, para a devida assinatura por Vossa Senhoria, além das 02 (duas) testemunhas.

Ressaltamos que as assinaturas poderão ser realizadas por meio digital, devendo, nesse caso, também assim ser precedido pelas testemunhas ou apenas assinado pelo representante da Cessionária.

Importante salientar que, para a devida publicação no Diário de Justiça Eletrônico – DJE, é imprescindível que as vias físicas e originais do instrumento sejam enviadas a esta Coordenação de Patrimônio no endereço: **Av. Luiz Viana Filho, nº 4.289 – Paralela (Mussurunga) - Salvador/BA – CEP: 41.500-300. Centro Logístico do TJBA – Unidade COPAT – Coordenação de Controle Patrimonial. (Referência: Próximo a estação de metrô da Mussurunga).**

Frise-se que o referido termo **NÃO** deverá ser datado.

Em caso de assinatura digital, solicitamos que o documento seja enviado através do e-mail: [copat@tjba.jus.br](mailto:copat@tjba.jus.br)

Na oportunidade, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



**Marcelo Silveira Alcântara**  
Coordenador de Controle Patrimonial







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

Nº 11/2025-TCU

**TERMO PARA CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, NA FORMA ABAIXO:**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**, [REDACTED]

[REDACTED], adiante designado **CEDENTE**, do outro lado, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na Avenida Joana angelica, nº 183, Nazaré, Município de Salvador - Bahia, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. **PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**, [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]

[REDACTED] **CESSIONÁRIA**, tendo em vista o constante do **PA TJ-ADM-2024/27080**, e com base na Lei Estadual nº 14.634/2023 e no Decreto Judiciário TJBA nº 495, de 08 de agosto de 2014, resolvem celebrar este Termo Administrativo para Cessão de Uso de Bem Público, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto do presente ajuste a cessão de uso gratuita de 01 (uma) sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes.

**Parágrafo primeiro:** O bem cedido será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Termo de Cessão entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, pelos partícipes, mediante manifestação por escrito.

**Parágrafo primeiro:** A rescisão pela **CESSIONÁRIA** deve ser manifestada por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo segundo:** Resguarda-se ao **CEDENTE** o direito de revogar o ajuste, a qualquer tempo, por critérios de conveniência e oportunidade, sem que deste ato lhe advenha qualquer ônus.

**Parágrafo terceiro:** Extinto o ajuste, por qualquer motivo, obriga-se o cessionário a desocupar e devolver os espaços cedidos, imediatamente, em bom estado de conservação.

**Parágrafo quarto:** Ficam convalidados os atos praticados no período compreendido entre a data da ocupação do imóvel e a data da efetiva formalização do presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Obriga-se a **CESSIONÁRIA** a usar o imóvel, objeto do presente termo de Cessão de Uso, exclusivamente para os fins previstos na cláusula primeira, não podendo cedê-lo, transferi-lo ou emprestá-lo, total ou parcialmente, a terceiros

**CLÁUSULA QUARTA** – Além dos compromissos expressos nas demais cláusulas deste instrumento, a **CESSIONÁRIA** compromete-se a:

I – a conservação e a manutenção da área cedida;

II – o pagamento dos custos ou rateio dos custos proporcionais aos espaços cedidos, tais como: seguro, manutenção e instalação de ramal telefônico, prestação de serviço de limpeza, segurança, tarifas de água, esgoto e energia elétrica, manutenção predial e







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

demaís encargos que incidem ou vierem a incidir sobre as áreas cedidas;

III – fazer cumprir por seus prepostos e empregados as instruções do Tribunal de Justiça;

IV – indenizar os danos causados ao imóvel, a seus equipamentos e instalações;

V – observar o horário de funcionamento estabelecido pelo Fórum/Tribunal de Justiça, se a área transferida estiver localizada nas suas dependências.

VI – não promover qualquer modificação nas características do imóvel sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça;

VII – realizar adaptações e/ou reparos necessários, com todas as despesas necessárias, garantindo as condições de uso e habitabilidade do imóvel, quando da devolução.

**CLÁUSULA QUINTA** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a realizar, às suas expensas, as adaptações ou os reparos necessários à adequação do imóvel aos fins a que se destinam, bem como para garantir as condições de uso e habitabilidade.

**Parágrafo único** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a providenciar a vistoria do imóvel por Engenheiro Estruturalista, caso exista necessidade de reparos e ajustes visando a adequação do imóvel às suas novas finalidades, sendo necessária a autorização prévia, por escrito, do **CEDENTE**, para realizar alteração estrutural no imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA** – Incorporar-se-ão ao patrimônio do **CEDENTE**, independentemente de compensação de qualquer espécie, todas as acessões e benfeitorias que a **CESSIONÁRIA** realizar no imóvel, durante o período da Cessão de uso, não cabendo de igual modo, direito de retenção do bem, seja a que título for.







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**Parágrafo primeiro:** A **CESSIONÁRIA** tem ciência que fica expressamente vedada qualquer pagamento de indenização, por parte do **CEDENTE**, para benfeitorias realizadas nos imóveis, de qualquer tipo ou natureza.

**Parágrafo Segundo:** Finda a Cessão de Uso, será promovida vistoria no imóvel, de modo a verificar o seu estado de conservação e as alterações efetuadas pela **CESSIONÁRIA**, sua natureza e possibilidade de levantamento, necessidade de reparos de danos excedentes dos desgastes resultantes do uso normal, indenizações devidas ao **CEDENTE**, devendo o respectivo laudo ser instruído com fotos de todos os imóveis e assinado pelas partes.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao **CEDENTE** fica facultado o direito de vistoriar o imóvel cedido, quando entender necessário, obrigando-se a **CESSIONÁRIA** a não se opor, nem criar embaraços que dificultem as vistorias

**CLÁUSULA OITAVA** – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do acordo, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

**Parágrafo primeiro** – É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do acordo para finalidade distinta daquela do objeto pactuado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo segundo** – Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço, especialmente prevenção à lavagem de dinheiro.

**Parágrafo terceiro** – As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

peçoais repassados em decorrência da execução do acordo, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo quarto** – A **CESSIONÁRIA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, aplicando e aprimorando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo TJBA.

**Parágrafo quinto** – A **CESSIONÁRIA** fica obrigada a comunicar ao TJBA, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo sexto** – As partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento de dados poderão ser revogadas, a qualquer momento, pela respectiva pessoa natural, mediante simples manifestação expressa, devendo as eventuais revogações de consentimento serem informadas uma a outra, a fim de que as devidas medidas sejam imediatamente adotadas.

**Parágrafo sétimo** – O **CEDENTE** se compromete a cumprir toda legislação aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, devendo adotar as medidas para, nos termos do art. 8º da LGPD, obter o consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, quando for o caso.

**Parágrafo oitavo** – A **CESSIONÁRIA** responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do TJBA, salvo nos casos de exclusão previstos legalmente (art. 43 da Lei n. 13.709/2018).

**CLÁUSULA NONA** – A publicação do presente Termo de Cessão de Uso será efetuada, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Termo, fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Bahia.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que, no final, se identificam.

Salvador, em                      de                      de 2025.

**Cedente:**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

**Cessionária:**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**  
Defensora Pública Geral do Estado da Bahia

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

Nº 11/2025-TCU

**TERMO PARA CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, NA FORMA ABAIXO:**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**, [REDACTED]

[REDACTED], adiante designado **CEDENTE**, do outro lado, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na Avenida Joana angelica, nº 183, Nazaré, Município de Salvador - Bahia, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. **PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**, [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]

[REDACTED] **CESSIONÁRIA**, tendo em vista o constante do **PA TJ-ADM-2024/27080**, e com base na Lei Estadual nº 14.634/2023 e no Decreto Judiciário TJBA nº 495, de 08 de agosto de 2014, resolvem celebrar este Termo Administrativo para Cessão de Uso de Bem Público, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto do presente ajuste a cessão de uso gratuita de 01 (uma) sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes.

**Parágrafo primeiro:** O bem cedido será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Termo de Cessão entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, pelos partícipes, mediante manifestação por escrito.

**Parágrafo primeiro:** A rescisão pela **CESSIONÁRIA** deve ser manifestada por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo segundo:** Resguarda-se ao **CEDENTE** o direito de revogar o ajuste, a qualquer tempo, por critérios de conveniência e oportunidade, sem que deste ato lhe advenha qualquer ônus.

**Parágrafo terceiro:** Extinto o ajuste, por qualquer motivo, obriga-se o cessionário a desocupar e devolver os espaços cedidos, imediatamente, em bom estado de conservação.

**Parágrafo quarto:** Ficam convalidados os atos praticados no período compreendido entre a data da ocupação do imóvel e a data da efetiva formalização do presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Obriga-se a **CESSIONÁRIA** a usar o imóvel, objeto do presente termo de Cessão de Uso, exclusivamente para os fins previstos na cláusula primeira, não podendo cedê-lo, transferi-lo ou emprestá-lo, total ou parcialmente, a terceiros

**CLÁUSULA QUARTA** – Além dos compromissos expressos nas demais cláusulas deste instrumento, a **CESSIONÁRIA** compromete-se a:

I – a conservação e a manutenção da área cedida;

II – o pagamento dos custos ou rateio dos custos proporcionais aos espaços cedidos, tais como: seguro, manutenção e instalação de ramal telefônico, prestação de serviço de limpeza, segurança, tarifas de água, esgoto e energia elétrica, manutenção predial e







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

demaís encargos que incidem ou vierem a incidir sobre as áreas cedidas;

III – fazer cumprir por seus prepostos e empregados as instruções do Tribunal de Justiça;

IV – indenizar os danos causados ao imóvel, a seus equipamentos e instalações;

V – observar o horário de funcionamento estabelecido pelo Fórum/Tribunal de Justiça, se a área transferida estiver localizada nas suas dependências.

VI – não promover qualquer modificação nas características do imóvel sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça;

VII – realizar adaptações e/ou reparos necessários, com todas as despesas necessárias, garantindo as condições de uso e habitabilidade do imóvel, quando da devolução.

**CLÁUSULA QUINTA** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a realizar, às suas expensas, as adaptações ou os reparos necessários à adequação do imóvel aos fins a que se destinam, bem como para garantir as condições de uso e habitabilidade.

**Parágrafo único** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a providenciar a vistoria do imóvel por Engenheiro Estruturalista, caso exista necessidade de reparos e ajustes visando a adequação do imóvel às suas novas finalidades, sendo necessária a autorização prévia, por escrito, do **CEDENTE**, para realizar alteração estrutural no imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA** – Incorporar-se-ão ao patrimônio do **CEDENTE**, independentemente de compensação de qualquer espécie, todas as acessões e benfeitorias que a **CESSIONÁRIA** realizar no imóvel, durante o período da Cessão de uso, não cabendo de igual modo, direito de retenção do bem, seja a que título for.







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**Parágrafo primeiro:** A **CESSIONÁRIA** tem ciência que fica expressamente vedada qualquer pagamento de indenização, por parte do **CEDENTE**, para benfeitorias realizadas nos imóveis, de qualquer tipo ou natureza.

**Parágrafo Segundo:** Finda a Cessão de Uso, será promovida vistoria no imóvel, de modo a verificar o seu estado de conservação e as alterações efetuadas pela **CESSIONÁRIA**, sua natureza e possibilidade de levantamento, necessidade de reparos de danos excedentes dos desgastes resultantes do uso normal, indenizações devidas ao **CEDENTE**, devendo o respectivo laudo ser instruído com fotos de todos os imóveis e assinado pelas partes.

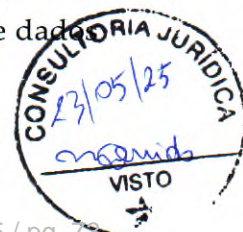
**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao **CEDENTE** fica facultado o direito de vistoriar o imóvel cedido, quando entender necessário, obrigando-se a **CESSIONÁRIA** a não se opor, nem criar embaraços que dificultem as vistorias

**CLÁUSULA OITAVA** – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do acordo, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

**Parágrafo primeiro** – É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do acordo para finalidade distinta daquela do objeto pactuado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo segundo** – Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço, especialmente prevenção à lavagem de dinheiro.

**Parágrafo terceiro** – As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

peçoais repassados em decorrência da execução do acordo, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo quarto** – A **CESSIONÁRIA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, aplicando e aprimorando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo TJBA.

**Parágrafo quinto** – A **CESSIONÁRIA** fica obrigada a comunicar ao TJBA, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo sexto** – As partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento de dados poderão ser revogadas, a qualquer momento, pela respectiva pessoa natural, mediante simples manifestação expressa, devendo as eventuais revogações de consentimento serem informadas uma a outra, a fim de que as devidas medidas sejam imediatamente adotadas.

**Parágrafo sétimo** – O **CEDENTE** se compromete a cumprir toda legislação aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, devendo adotar as medidas para, nos termos do art. 8º da LGPD, obter o consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, quando for o caso.

**Parágrafo oitavo** – A **CESSIONÁRIA** responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do TJBA, salvo nos casos de exclusão previstos legalmente (art. 43 da Lei n. 13.709/2018).

**CLÁUSULA NONA** – A publicação do presente Termo de Cessão de Uso será efetuada, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Termo, fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Bahia.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que, no final, se identificam.

Salvador, em                      de                      de 2025.

**Cedente:**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

**Cessionária:**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**  
Defensora Pública Geral do Estado da Bahia

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Assessoria Técnico-Jurídica da SGA:

Trata-se de procedimento relativo a termo de cessão de uso a ser firmado com o TJBA, visando a regularização da utilização, pelo MPBA, de sala localizada no Fórum da Comarca de Barra do Mendes - BA – nova minuta constante no doc.1589691.

Ante o exposto, e em atenção ao quanto disposto no artigo art. 53, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, remetemos o expediente para análise e manifestação dessa Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa.

Atenciosamente,

**Karina Araujo Santana**  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Assessora Administrativa I  
Matrícula 355.230



Documento assinado eletronicamente por **KARINA ARAUJO SANTANA** - Assessora Administrativa I, em 01/07/2025, às 15:59, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1589730** e o código CRC **3BC23A0C**.

## PARECER

Procedimento SEI nº.:	19.09.01973.0005717/2024-45
Assunto:	Termo de Cessão de Uso de Bem Público
Interessado(a):	Promotoria de Justiça de Barra do Mendes

EMENTA: TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (TJBA) E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (MPBA). PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA DO MENDES. ART. 38 DA LEI ESTADUAL Nº.14.634/23, DECRETO JUDICIÁRIO TJBA Nº 495/2014. PELA APROVAÇÃO DA MINUTA.

## PARECER Nº 481/2025

### I - DO RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Termo de Cessão de Uso de bem imóvel a ser firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - TJBA (cedente) e o Ministério Público do Estado da Bahia - MPBA (cessionária), cujo objeto é a cessão de uso gratuita de um bem imóvel (01 sala localizada no Fórum da Comarca de Barra do Mendes), que será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.

Do cotejo dos autos, notadamente dos docs. SEI nº 1042958 e 1047656, extrai-se que o expediente tem por finalidade a regularização da cessão de uso do espaço ocupado pelo MPBA, utilizado pela Promotoria de Justiça, nas dependências do Fórum no município de Barra do Mendes.

Instruem o expediente, em especial: despacho da DCCL (1010110); despacho da DADM (1023403); despacho do PGJ (1040053); Ofício do GPGJ/MPBA ao TJBA (1042958); despacho da SGA (1047656); despacho CEACC (1097480); Declaração do MPBA (1145870); certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, FGTS e trabalhista (respectivamente 1153510, 1153514, 1153520, 1153524 e 1153527); Ofício do TJBA ao MPBA (1394154); minuta do Termo para cessão de uso do bem (1394159); despacho da DCCL (1394162), solicitando a análise e manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica; parecer jurídico (1396499); despacho da SGA (1402736); despacho da DCCL (1406750); despacho da Chefia de Gabinete do PGJ (1407733); ofício nº 11/2025 (1589412); manifestação da DCCL (1589730) e nova minuta do termo de cessão de uso, com o ano de 2025 (1589691).

É o breve relatório.

Passamos a opinar.

### II – DA CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

A Lei Estadual nº 14.634/2023, em seu art. 38, dispõe sobre a cessão de uso de bens imóveis quando a órgão ou entidade da Administração Pública. *In verbis*:

*Art. 38. A cessão de uso de bem público será outorgada por termo administrativo a órgão ou entidade da Administração Pública, dispensada a licitação, observados os seguintes requisitos:*

*I - tempo certo e determinado;*

*II - uso gratuito ou em condições especiais, com ou sem imposição de encargo;*

*III - destinação específica para utilização pelo próprio cessionário.*

O uso de bens imóveis poderá ser outorgado mediante diversos instrumentos jurídicos, dentre eles, o instituto da cessão.

O Decreto Judiciário TJBA nº 495, de 8 de agosto de 2014, dispõe sobre a cessão e a permissão de uso de espaços públicos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia. E seu art. 2º assim preconiza:



### III – DA MINUTA DO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

A minuta do termo de cessão (1589691) obedece às disposições legais, contendo cláusulas referentes ao tempo certo e determinado (cláusula segunda), prevendo uso gratuito (cláusula primeira) e destinação específica para utilização pela própria cessionária, qual seja, o funcionamento da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes (conforme previsto na cláusula primeira, parágrafo primeiro).

O interesse público restará atendido, pois o bem cedido (espaço/sala ocupada pelo MPBA nas dependências do Fórum no município de Barra do Mendes) será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.

Portanto, preenchidos os requisitos supradescritos.

### IV – CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, esta Assessoria Técnico-Jurídica **aprova a minuta do Termo de Cessão de Uso de bem imóvel** (1589691), conforme disposto no art. 38 da Lei Estadual nº 14.634/23.

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

Assessora de Gabinete

Assessoria Técnico-Jurídica/SGA

Matrícula nº 355.047

**Belª. Vanessa Pontes de Paula**

Analista Técnico-Jurídica

Assessoria Técnico-Jurídica/SGA

Matrícula nº 353.977



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** - Assessora de Gabinete, em 03/07/2025, às 14:21, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Pontes De Paula** - Analista Técnico, em 03/07/2025, às 14:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1591318** e o código CRC **EE126AF4**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Acolho o Parecer nº 481/2025 da Assessoria Técnico-Jurídica, pelos seus fundamentos, relativo ao **Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel** a ser firmado entre o **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - TJBA (cedente)** e o **Ministério Público do Estado da Bahia - MPBA (cessionária)**, cujo objeto é a cessão de uso gratuita de um bem imóvel (01 sala localizada no Fórum da Comarca de Barra do Mendes), que será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais., e aprovo a minuta do Termo Aditivo apresentada (doc SEI nº 1589691), conforme disposto no art. 38 da Lei Estadual nº 14.634/23.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente expediente para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

**HEIDE SOUZA SILVA**

Superintendente de Gestão Administrativa em exercício  
Portaria nº 165, de 02 de fevereiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Heide Souza Silva** - Assessora de Gabinete, em 03/07/2025, às 19:40, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1592213** e o código CRC **63B855EF**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À Assessoria de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça:

Considerando a conclusão do trâmite administrativo cabível, encaminhamos o presente expediente ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para que, uma vez confirmada a conveniência e oportunidade na celebração da avença (cessão de uso, pelo TJBA, de uma sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes), seja diligenciada a coleta da assinatura do ilustre representante do Ministério Público do Estado da Bahia no documento 1589691.

Após, solicita-se o retorno do expediente, acompanhado do instrumentos assinado, para que possamos diligenciar a coleta de assinaturas pelo TJBA e adoção das demais providências cabíveis.

Atenciosamente,

**Karina Araujo Santana**  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Assessora Administrativa I  
Matrícula 355.230



Documento assinado eletronicamente por **KARINA ARAUJO SANTANA** - Assessora Administrativa I, em 04/07/2025, às 09:14, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1592469** e o código CRC **B9BA6A64**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

- Ciência da Procuradoria-Geral de Justiça.
- Após assinatura, retorne-se o presente expediente à SGA/Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações.

**FABRÍCIO RABELO PATURY**

Promotor de Justiça  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Fabrizio Rabelo Patury** - Promotor de Justiça, em 04/07/2025, às 13:51, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1592498** e o código CRC **713C02DE**.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

Nº 11/2025-TCU

**TERMO PARA CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, NA FORMA ABAIXO:**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**, [REDACTED]

[REDACTED] adiante designado **CEDENTE**, do outro lado, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na Avenida Joana angelica, nº 183, Nazaré, Município de Salvador - Bahia, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. **PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**, [REDACTED] [REDACTED]

[REDACTED] **CESSIONÁRIA**, tendo em vista o constante do **PA TJ-ADM-2024/27080**, e com base na Lei Estadual nº 14.634/2023 e no Decreto Judiciário TJBA nº 495, de 08 de agosto de 2014, resolvem celebrar este Termo Administrativo para Cessão de Uso de Bem Público, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto do presente ajuste a cessão de uso gratuita de 01 (uma) sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes.

**Parágrafo primeiro:** O bem cedido será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Termo de Cessão entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, pelos partícipes, mediante manifestação por escrito.

**Parágrafo primeiro:** A rescisão pela **CESSIONÁRIA** deve ser manifestada por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo segundo:** Resguarda-se ao **CEDENTE** o direito de revogar o ajuste, a qualquer tempo, por critérios de conveniência e oportunidade, sem que deste ato lhe advenha qualquer ônus.

**Parágrafo terceiro:** Extinto o ajuste, por qualquer motivo, obriga-se o cessionário a desocupar e devolver os espaços cedidos, imediatamente, em bom estado de conservação.

**Parágrafo quarto:** Ficam convalidados os atos praticados no período compreendido entre a data da ocupação do imóvel e a data da efetiva formalização do presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Obriga-se a **CESSIONÁRIA** a usar o imóvel, objeto do presente termo de Cessão de Uso, exclusivamente para os fins previstos na cláusula primeira, não podendo cedê-lo, transferi-lo ou emprestá-lo, total ou parcialmente, a terceiros

**CLÁUSULA QUARTA** – Além dos compromissos expressos nas demais cláusulas deste instrumento, a **CESSIONÁRIA** compromete-se a:

I – a conservação e a manutenção da área cedida;

II – o pagamento dos custos ou rateio dos custos proporcionais aos espaços cedidos, tais como: seguro, manutenção e instalação de ramal telefônico, prestação de serviço de limpeza, segurança, tarifas de água, esgoto e energia elétrica, manutenção predial e







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

demaís encargos que incidem ou vierem a incidir sobre as áreas cedidas;

III – fazer cumprir por seus prepostos e empregados as instruções do Tribunal de Justiça;

IV – indenizar os danos causados ao imóvel, a seus equipamentos e instalações;

V – observar o horário de funcionamento estabelecido pelo Fórum/Tribunal de Justiça, se a área transferida estiver localizada nas suas dependências.

VI – não promover qualquer modificação nas características do imóvel sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça;

VII – realizar adaptações e/ou reparos necessários, com todas as despesas necessárias, garantindo as condições de uso e habitabilidade do imóvel, quando da devolução.

**CLÁUSULA QUINTA** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a realizar, às suas expensas, as adaptações ou os reparos necessários à adequação do imóvel aos fins a que se destinam, bem como para garantir as condições de uso e habitabilidade.

**Parágrafo único** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a providenciar a vistoria do imóvel por Engenheiro Estruturalista, caso exista necessidade de reparos e ajustes visando a adequação do imóvel às suas novas finalidades, sendo necessária a autorização prévia, por escrito, do **CEDENTE**, para realizar alteração estrutural no imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA** – Incorporar-se-ão ao patrimônio do **CEDENTE**, independentemente de compensação de qualquer espécie, todas as acessões e benfeitorias que a **CESSIONÁRIA** realizar no imóvel, durante o período da Cessão de uso, não cabendo de igual modo, direito de retenção do bem, seja a que título for.







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**Parágrafo primeiro:** A **CESSIONÁRIA** tem ciência que fica expressamente vedada qualquer pagamento de indenização, por parte do **CEDENTE**, para benfeitorias realizadas nos imóveis, de qualquer tipo ou natureza.

**Parágrafo Segundo:** Finda a Cessão de Uso, será promovida vistoria no imóvel, de modo a verificar o seu estado de conservação e as alterações efetuadas pela **CESSIONÁRIA**, sua natureza e possibilidade de levantamento, necessidade de reparos de danos excedentes dos desgastes resultantes do uso normal, indenizações devidas ao **CEDENTE**, devendo o respectivo laudo ser instruído com fotos de todos os imóveis e assinado pelas partes.

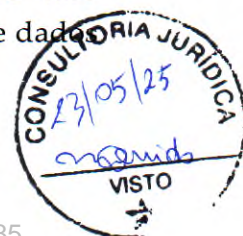
**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao **CEDENTE** fica facultado o direito de vistoriar o imóvel cedido, quando entender necessário, obrigando-se a **CESSIONÁRIA** a não se opor, nem criar embaraços que dificultem as vistorias

**CLÁUSULA OITAVA** – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do acordo, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

**Parágrafo primeiro** – É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do acordo para finalidade distinta daquela do objeto pactuado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo segundo** – Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço, especialmente prevenção à lavagem de dinheiro.

**Parágrafo terceiro** – As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

personais repassados em decorrência da execução do acordo, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo quarto** – A **CESSIONÁRIA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, aplicando e aprimorando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo TJBA.

**Parágrafo quinto** – A **CESSIONÁRIA** fica obrigada a comunicar ao TJBA, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo sexto** – As partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento de dados poderão ser revogadas, a qualquer momento, pela respectiva pessoa natural, mediante simples manifestação expressa, devendo as eventuais revogações de consentimento serem informadas uma a outra, a fim de que as devidas medidas sejam imediatamente adotadas.

**Parágrafo sétimo** – O **CEDENTE** se compromete a cumprir toda legislação aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, devendo adotar as medidas para, nos termos do art. 8º da LGPD, obter o consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, quando for o caso.

**Parágrafo oitavo** – A **CESSIONÁRIA** responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do TJBA, salvo nos casos de exclusão previstos legalmente (art. 43 da Lei n. 13.709/2018).

**CLÁUSULA NONA** – A publicação do presente Termo de Cessão de Uso será efetuada, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Termo, fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Bahia.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que, no final, se identificam.

Salvador, em                      de                      de 2025.

**Cedente:**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

**Cessionária:**

**PEDRO MAIA SOUZA**  
**MARQUES** [REDACTED]

Assinado de forma digital por  
PEDRO MAIA SOUZA  
MARQUES [REDACTED]  
Dados: 2025.07.08 11:34:40 -03'00'

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**  
Defensora Pública Geral do Estado da Bahia

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:



---

**MPBA - Envio de termo de cessão de uso assinado pelo PGJ**


---

**De** KARINA ARAUJO SANTANA <karina.santana@mpba.mp.br>

**Data** Sex, 2025-07-11 10:23

**Para** COPAT <copat@tjba.jus.br>; TENILLE GOMES FREITAS <tgfreitas@tjba.jus.br>; Marcelo Silveira Alcantara <msalcantara@tjba.jus.br>; Antonio Carlos Ribeiro de Jesus <acrjesus@tjba.jus.br>; REJANE SOUZA DA SILVA <resosilva@prestadores.tjba.jus.br>

**Cc** Convênios <convenios@mpba.mp.br>

 1 anexo (4 MB)

MINUTA\_poder\_judiciario\_16.06.2025\_\_1\_.pdf;

Prezada(o)s,

Bom dia.

Cumprimentando-a(o)s cordialmente, sirvo-me do presente para enviar, em anexo, o Termo de Cessão de Uso - TCU Nº 11/2025, assinado digitalmente pelo Procurador-Geral de Justiça deste Ministério Público do Estado da Bahia, cujo objeto é a cessão de uso gratuito de 01 (uma) sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes.

Referência: Ofício DSP/COPAT nº 24/2025

Favor confirmar recebimento.

***Atenciosamente,***

***Karina Araujo Santana***

Unidade de Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

*Ministério Público do Estado da Bahia*

*Tel.: (71) 3103-0124/0125 - [convenios@mpba.mp.br](mailto:convenios@mpba.mp.br)*



---

**Cientificação TCU 11/2025 Sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes**

---

**De** NIVALDO VIANA DO NASCIMENTO NETO <nvnneto@prestadores.tjba.jus.br>

**Data** Qui, 25/09/2025 19:16

**Para** Convênios <convenios@mpba.mp.br>

**Cc** Fernanda da Costa Peres Valentim <fernanda.peres@mpba.mp.br>; Superintendencia <superintendencia@mpba.mp.br>; Marcelo Silveira Alcantara <msalcantara@tjba.jus.br>; YNAJA YA SOUSA BARRETO <ybarreto@tjba.jus.br>

 2 anexos (1 MB)

TCU 11-2025 Publicação.pdf; TCU 11-2025 MPBA Barra do Mendes.pdf;

**Ilustríssimo Procurador Geral de Justiça**  
**Dr. Pedro Maia Souza Marques**

Sirvo-me do presente para enviar, em anexo, o Termo de Cessão de Uso - TCU Nº 11/2025, devidamente assinado, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Ministério Público do Estado da Bahia, cujo objeto é a Cessão de uso gratuita de 01 (uma) sala, nas dependências do Fórum da Comarca de Barra do Mendes, com vigência pelo prazo de 60(SESSENTA) meses, a contar da data de publicação.

Ademais, informamos que o TCU acima referido fora publicado no DJE, tendo cumprido o adequado rito processual.

Favor confirmar recebimento e ciência da informação.

Encontro-me à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Att,

*Nivaldo Viana*

Coordenação de Controle Patrimonial

(71) 3360 - 2415 / 2432

Avenida Luís Viana Filho nº 4289, Paralela.

CEP - 41.500-300





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

Nº 11/2025-TCU

**TERMO PARA CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, NA FORMA ABAIXO:**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora CYNTHIA MARIA PINA RESENDE, [REDAZIDA]

[REDAZIDA] adiante designado CEDENTE, do outro lado, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na Avenida Joana angelica, nº 183, Nazaré, Município de Salvador - Bahia, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. PEDRO MAIA SOUZA MARQUES, [REDAZIDA]

[REDAZIDA] CESSIONÁRIA, tendo em vista o constante do PA TJ-ADM-2024/27080, e com base na Lei Estadual nº 14.634/2023 e no Decreto Judiciário TJBA nº 495, de 08 de agosto de 2014, resolvem celebrar este Termo Administrativo para Cessão de Uso de Bem Público, com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto do presente ajuste a cessão de uso gratuita de 01 (uma) sala no Fórum da Comarca de Barra do Mendes.

**Parágrafo primeiro:** O bem cedido será destinado ao uso da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições institucionais.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente Termo de Cessão entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, pelos partícipes, mediante manifestação por escrito.

**Parágrafo primeiro:** A rescisão pela **CESSIONÁRIA** deve ser manifestada por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo segundo:** Resguarda-se ao **CEDENTE** o direito de revogar o ajuste, a qualquer tempo, por critérios de conveniência e oportunidade, sem que deste ato lhe advenha qualquer ônus.

**Parágrafo terceiro:** Extinto o ajuste, por qualquer motivo, obriga-se o cessionário a desocupar e devolver os espaços cedidos, imediatamente, em bom estado de conservação.

**Parágrafo quarto:** Ficam convalidados os atos praticados no período compreendido entre a data da ocupação do imóvel e a data da efetiva formalização do presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Obriga-se a **CESSIONÁRIA** a usar o imóvel, objeto do presente termo de Cessão de Uso, exclusivamente para os fins previstos na cláusula primeira, não podendo cedê-lo, transferi-lo ou emprestá-lo, total ou parcialmente, a terceiros

**CLÁUSULA QUARTA** – Além dos compromissos expressos nas demais cláusulas deste instrumento, a **CESSIONÁRIA** compromete-se a:

I – a conservação e a manutenção da área cedida;

II – o pagamento dos custos ou rateio dos custos proporcionais aos espaços cedidos, tais como: seguro, manutenção e instalação de ramal telefônico, prestação de serviço de limpeza, segurança, tarifas de água, esgoto e energia elétrica, manutenção predial e





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

demaís encargos que incidem ou vierem a incidir sobre as áreas cedidas;

III – fazer cumprir por seus prepostos e empregados as instruções do Tribunal de Justiça;

IV – indenizar os danos causados ao imóvel, a seus equipamentos e instalações;

V – observar o horário de funcionamento estabelecido pelo Fórum/Tribunal de Justiça, se a área transferida estiver localizada nas suas dependências.

VI – não promover qualquer modificação nas características do imóvel sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça;

VII – realizar adaptações e/ou reparos necessários, com todas as despesas necessárias, garantindo as condições de uso e habitabilidade do imóvel, quando da devolução.

**CLÁUSULA QUINTA** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a realizar, às suas expensas, as adaptações ou os reparos necessários à adequação do imóvel aos fins a que se destinam, bem como para garantir as condições de uso e habitabilidade.

**Parágrafo único** – Compromete-se a **CESSIONÁRIA** a providenciar a vistoria do imóvel por Engenheiro Estruturalista, caso exista necessidade de reparos e ajustes visando a adequação do imóvel às suas novas finalidades, sendo necessária a autorização prévia, por escrito, do **CEDENTE**, para realizar alteração estrutural no imóvel.

**CLÁUSULA SEXTA** – Incorporar-se-ão ao patrimônio do **CEDENTE**, independentemente de compensação de qualquer espécie, todas as acessões e benfeitorias que a **CESSIONÁRIA** realizar no imóvel, durante o período da Cessão de uso, não cabendo de igual modo, direito de retenção do bem, seja a que título for.



TJADM202427080V01



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Proc. TJ-ADM 2024/27080

**Parágrafo primeiro:** A **CESSIONÁRIA** tem ciência que fica expressamente vedada qualquer pagamento de indenização, por parte do **CEDENTE**, para benfeitorias realizadas nos imóveis, de qualquer tipo ou natureza.

**Parágrafo Segundo:** Finda a Cessão de Uso, será promovida vistoria no imóvel, de modo a verificar o seu estado de conservação e as alterações efetuadas pela **CESSIONÁRIA**, sua natureza e possibilidade de levantamento, necessidade de reparos de danos excedentes dos desgastes resultantes do uso normal, indenizações devidas ao **CEDENTE**, devendo o respectivo laudo ser instruído com fotos de todos os imóveis e assinado pelas partes.

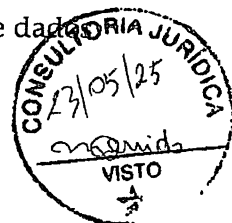
**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ao **CEDENTE** fica facultado o direito de vistoriar o imóvel cedido, quando entender necessário, obrigando-se a **CESSIONÁRIA** a não se opor, nem criar embaraços que dificultem as vistorias

**CLÁUSULA OITAVA** – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do acordo, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

**Parágrafo primeiro** – É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do acordo para finalidade distinta daquela do objeto pactuado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo segundo** – Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço, especialmente prevenção à lavagem de dinheiro.

**Parágrafo terceiro** – As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados







peçoais repassados em decorrência da execução do acordo, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo quarto** – A CESSIONÁRIA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, aplicando e aprimorando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo TJBA.

**Parágrafo quinto** – A CESSIONÁRIA fica obrigada a comunicar ao TJBA, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**Parágrafo sexto** – As partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento de dados poderão ser revogadas, a qualquer momento, pela respectiva pessoa natural, mediante simples manifestação expressa, devendo as eventuais revogações de consentimento serem informadas uma a outra, a fim de que as devidas medidas sejam imediatamente adotadas.

**Parágrafo sétimo** – O CEDENTE se compromete a cumprir toda legislação aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, devendo adotar as medidas para, nos termos do art. 8º da LGPD, obter o consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, quando for o caso.

**Parágrafo oitavo** – A CESSIONÁRIA responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do TJBA, salvo nos casos de exclusão previstos legalmente (art. 43 da Lei n. 13.709/2018).

**CLÁUSULA NONA** – A publicação do presente Termo de Cessão de Uso será efetuada, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA


Proc. TJ-ADM 2024/27080

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Termo, fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Bahia.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que, no final, se identificam.

Salvador, em 05 de agosto de 2025.

**Cedente:**

  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
Desembargadora **CYNTHIA MARIA PINA RESENDE**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

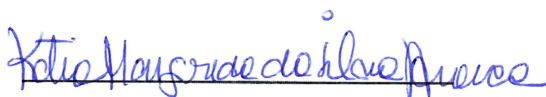
**Cessionária:**

**PEDRO MAIA SOUZA**  
**MARQUES** [REDACTED]

Assinado de forma digital por  
PEDRO MAIA SOUZA  
MARQUES: [REDACTED]  
Dados: 2025.07.08 11:34:40 -03'00'

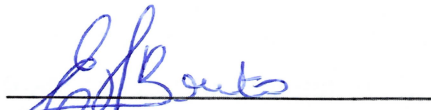
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**  
Defensora Pública Geral do Estado da Bahia

**TESTEMUNHAS:**



Nome:

[REDACTED]



Nome:

Edson de B. M. Bait  
[REDACTED]



PA. de nº TJ-CON-2025/01494. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de manutenção diversos, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no valor total de R\$ 439.869,20 (quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte centavos). Validade: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e eficácia legal após a publicação no DJE. Data: 07/08/2025.  
\*PUBLICAÇÃO CORRETIVA\*

**TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 11/2025\***  
Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ nº 13.100.722/0001-60, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66. Objeto: Cessão de uso gratuita de 01 (uma) sala, com área de 16,385m² (dezesseis metros e trezentos e oitenta e cinco centímetros quadrados), localizada no Fórum da Comarca de Barra do Mendes/BA, para funcionamento da Promotoria de Justiça, destinada à prestação de assistência jurídica à população. Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado mediante manifestação expressa das partes. Processo Administrativo: TJ-ADM-2024/27080. Data: 07/08/2025.  
\*PUBLICAÇÃO CORRETIVA\*

DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS

PORTARIA Nº 0060/2025  
Designa servidores como fiscais de contratos.  
Processo: TJ-CON-2025/00796

A DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a qualidade dos bens e serviços entregues; e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 379, de 08 de maio de 2018; e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 452, de 12 de junho de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, em substituição, o servidor abaixo relacionado como fiscal do contrato vinculado à Secretaria de Administração, assim como seu substituto em eventuais ausências e impedimentos legais.

EMPRESA / ÓRGÃO / ENTIDADE	Nº DO CONTRATO	VIGÊNCIA	OBJETO RESUMIDO	FISCAL	SUPLENTE
SERVIT SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	44/2025.	23 de novembro de 2025	Apoio à movimentação de bens, cargas e descargas.	Max Santos dos Santos Cadastro:971.457- 0.	Ricardo Silas dos Santos Nascimento Cadastro:971.464- 2

Art. 2º - Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e verificação da conformidade da prestação do serviço ou do fornecimento do objeto, bem como o registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, reportando-se à autoridade competente quando necessária providência que não esteja ao seu alcance.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

Salvador, em 07 de agosto de 2025.

MARCOS FERNANDO DE ALCÂNTARA DOMINGOS  
Diretor de Serviços Gerais

DIRETORIA DE SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR PEQUENO VALOR Nº 016/2025.  
O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, AVISA que contratará diretamente por pequeno valor o seguinte objeto: Expositores MDF nos termos do art. 75, inciso I e II da Lei n. 14.133/2021, art. 24 da Lei Estadual n. 14.634/2023, conforme Processo Administrativo n TJ-CON-2025/00622. As regras para envio das propostas e a descrição detalhada do objeto a ser contratado estarão disponíveis no site do Poder Judiciário do Estado da Bahia através do link: Institucional - Licitações/Contratações Direta – Editais/Avissos de Contratação. Prazo de entrega de propostas: 10/04/2025 até 14/04/2025.

# G 066 – Termo de Cessão de Permissão de Uso Nº 11/2025

---

**Processo nº:**

19.09.01973.0005717/2024-45

**Tipo:**

Convênios e Instrumentos Congêneres

**Data:**

sexta-feira, Setembro 26, 2025 – 11:15

**Objeto:**

Cessão de uso gratuita de 01 (uma) sala, localizada no Fórum da Comarca de Barra do Mendes/BA para funcionamento da Promotoria de Justiça, no desempenho de suas atribuições.

**Informações gerais:**

Código identificador MPBA: G 066

Parecer Jurídico: 481 /2025

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua assinatura

Termo aditivo: NÃO



